



Folha:004

POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA

CNPJ(MF): 21.069.858/0001-82

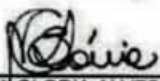
NIRE(JUCETINS): 17200594456 EM 17/09/2018

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

Receita Operacional Bruta	R\$	2.417.859,07
(+) Venda de produtos	R\$	2.417.859,07
(-) Deduções da Receita Bruta	R\$	(1.918,94)
(-) Impostos Incidentes s/ vendas	R\$	(1.918,94)
(=) Receita Operacional Líquida	R\$	2.415.940,13
(-) Custos dos Produtos vendidos	R\$	(2.178.585,09)
(-) Custos dos produtos vendidos	R\$	(2.178.585,09)
(=) Lucro Operacional Bruto	R\$	237.355,04
(-) Despesas Operacionais	R\$	(163.330,93)
(-) Administrativas	R\$	(106.777,31)
(-) Financeiras	R\$	(2.612,38)
(+) Receitas Financeiras	R\$	339,98
(-) Gerais	R\$	(54.281,22)
(=) Lucro Operacional Líquido	R\$	74.014,11
(+/-) Outras Receitas e Despesas	R\$	51.511,17
(+) Outras receitas	R\$	51.703,13
(-) Outras despesas	R\$	(191,96)
(=) Lucro Líquido Antes da provisão IRPJ e da CSLL	R\$	125.525,28
(-) Provisão para a CSLL - Lucro Real	R\$	(10.712,69)
(-) Provisão para o IRPJ - Lucro Real	R\$	(17.854,48)
(=) Lucro Líquido do Exercício	R\$	96.958,11

Paraíso do Tocantins/TO, 31 de dezembro de 2020.


POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA
ROSÂNGELA BRAGA BARROS
Sócia-Administradora
CPF(MF): 358.048.741-87


MARIA DA GLÓRIA ALVES GUIDA
CRC: TO-001297/O
Contadora
CPF(MF): 850.527.441-53

A documentação **hábil e idônea** que comprova o custo direto de compra do produto e frete é a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e, no caso de compra com frete por conta do destinatário), devendo ser comprovado por meio com notas fiscais das últimas compras imediatamente anteriores ao Pregão².

Para achar o custo indireto total por litro é só dividir o valor de cada uma dessas despesas pela quantidade total de litros de combustíveis vendida no ano de 2020, procedendo-se da mesma forma para encontrar a margem de lucro por litro vendido:

- Custo Indireto por litro exceto tributos e margem de lucro = **R\$ 163.330,93 /** quantidade total de litros de combustíveis vendida em 2020;
- Custo dos Tributos por litro = **(R\$ 10.712,69 + 17.854,48) /** quantidade total

² As notas fiscais de entradas (compras) são registradas no Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC), obrigação acessória de todos os postos de combustíveis, conforme estatuído na Portaria DNC nº 26/92 (DOU 16.11.1992). A apresentação das últimas folhas do LMC do respectivo combustível comprova as últimas compras com os respectivos números das notas fiscais.

Portanto, é dever da Administração, em respeito ao **Princípio da Autotutela Administrativa**, diante das razões deste recurso, conceder à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta (Súmulas 473, STF):

SÚMULA 473

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Não obstante, o objetivo desse recurso é que a empresa **POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA** seja instada a comprovar, **com documentação hábil e idônea**, a composição de seus custos que sustente e fundamente o preço ofertado na proposta vencedora para os itens 03 (ÓLEO DIESEL S-10 – **R\$ 4,23**) e 04 (ÓLEO DIESEL S-500 – **R\$ 4,21**) do respectivo pregão, conforme Ata (DOC_01) em anexo.

A composição dos custos deve obedecer ao item 8.2 do Edital **PREGÃO PRESENCIAL – SRP 017/2021 – PMP**, devendo a empresa vencedora demonstrar por meio de planilha de custos contendo necessariamente:

- i) Custos diretos: custo de compra do produto e custo do frete¹.
- ii) Custos indiretos: tributos, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamentos, margem de lucro.

Para facilitar a comprovação dos custos indiretos e margem de lucro, sugere-se a utilização da Demonstração de Resultado (DRE) do último exercício social (mesma demonstração apresentada nos documentos de habilitação, conforme imagem 01 abaixo) no qual é possível fazer a leitura do valor das Despesas Operacionais (**R\$ 163.330,93**), do valor dos tributos sobre o lucro (CSLL **R\$ 10.712,69** e IRPJ **R\$ 17.854,48**) e do Lucro Líquido do Exercício (**R\$ 96.958,11**).

Imagem 01: DRE do exercício de 2020 do Posto Quatro Rodas apresentada nos documentos de habilitação, baixada no site da Junta Comercial do Estado do Tocantins por meio do código de verificação 12100819999.

¹ A informação de frete consta na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de compra seção "TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS", item "FRETE POR CONTA" 0 = emitente/remetente (ou seja o frete já está embutido no custo do produto apresentado na NF-e); 1 – frete por conta do destinatário. Nesse caso, deve apresentar um documento com o custo do frete, geralmente um CT-e (Conhecimento de Transporte Eletrônico) emitido pelo transportador. O preço médio do frete cobrado da Base de Porto Nacional para Pium/TO é de 5 (cinco) a 7 (sete) centavos por litro transportado.

"... A inexecutabilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou excessivamente baixos, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores, preexistentes ou supervenientes, verificados pela Administração. (MEIRELES, 2010, p. 202).

No mesmo sentido, são as lições de Marçal Justen Filho (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Dialética: São Paulo, 2010 – pág. 654-655):

"Admitir generalizadamente a validade de propostas de valor insuficiente pode significar um incentivo a práticas reprováveis. O licitante vencedor procurará alternativas para obter resultado econômico satisfatório. Isso envolverá a redução da qualidade da prestação, a ausência de pagamento dos tributos e encargos devidos, a formulação de pleitos perante a Administração e assim por diante.

Usualmente, a contratação avençada por valor insuficiente acarretará a elevação dos custos administrativos de gerenciamento do contrato. Caberá manter grande vigilância quanto à qualidade e perfeição do objeto executado e litígios contínuos com o particular, sempre interessado em obter uma solução que propicie a reestruturação da contratação. Logo, as vantagens obtidas pela Administração poderão ser meramente aparentes. No final, a Administração obterá ou um objeto de qualidade inferior ou se deparará com problemas muito sérios no tocante à execução do contrato."

Outrossim, a súmula 262 do TCU (Tribunal de Contas da União) preconiza: **"O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta."**

Sobre o tema, o TCE/MG tem o seguinte entendimento (Denúncia 911.699 – Relator: Conselheiro Wanderley Ávila):

"Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis. Serão considerados inexequíveis aqueles preços que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e serão considerados excessivos quaisquer valores que sejam superiores ao valor estimado pela contratante".



S-10 e 04 – ÓLEO DIESEL S-500 o preço da proposta vencedora foi R\$ 4,23 e R\$ 4,21 respectivamente. O preço de referência orçado pela Administração, conforme item 3.1 do TERMO DE REFERÊNCIA do próprio Edital, foi de R\$ 4,81 para o DIESEL S-10 e R\$ 4,79 para o DIESEL S-500. O preço final da proposta vencedora de ambos os DIESEL ficou em R\$ 0,58 (cinquenta e oito centavos) abaixo do preço médio orçado pela Administração. Preço impraticável em qualquer lugar no Estado, pois não cobre nem os custos diretos de aquisição dos produtos, sendo o preço inexecutável para fins de contratação.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 8.666/93 dispõe em seu artigo 48 que serão desclassificadas as propostas que não atendem às exigências do ato convocatório e/ou com preços manifestamente inexecutáveis:

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) (grifado)

Conforme visto no inciso II, do artigo 48, da Lei nº 8.666/93 acima, com redação dada pela Lei nº 8.883/94, que dispõe os termos gerais sobre a composição dos preços ofertados nas propostas, devendo ser demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e são compatíveis com a execução do objeto do contrato, sendo essas condições necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

Conforme item 8.2 do Edital PREGÃO PRESENCIAL – SRP 017/2021 – PMP, nos preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas: **custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamentos, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do edital**, senão vejamos:

8.2 – Os preços apresentados na proposta devem apresentar o valor o item ofertado e devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

Ainda sobre a inexecutabilidade, o doutrinador Hely Lopes Meireles esclarece:

Conforme 2ª ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO – PREGÃO SRP 017/2021 – PMP, de 19/08/2021 (DOC_01), a empresa ECOPOSTO PETROMAX LTDA foi vencedora do Item 02 – ÁLCOOL e a empresa POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA, foi vencedora dos Itens 01 – GASOLINA COMUM, 03 – ÓLEO DIESEL S10 e 04 – ÓLEO DIESEL S-500. Ambas as empresas foram declaradas habilitadas pela respectiva Comissão Permanente de Licitação.

Ao final da sessão do Pregão, a empresa ECOPOSTO PETROMAX LTDA solicitou que fosse registrado na respectiva Ata seu interesse em apresentar recurso o qual foi consignado pela Pregoeira nos seguintes termos:

A empresa ECOPOSTO PETROMAX LTDA manifestou interesse em interpor recurso apresentando a seguinte motivação: "Os valores apresentados pela empresa POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA são inexequíveis, abaixo do praticado no mercado, solicitando que a empresa vencedora apresentasse documentação demonstrando a viabilidade dos preços ofertados (Composição de Custos)".

A proposta vencedora para os Itens 03 – ÓLEO DIESEL S-10 e 04 – ÓLEO DIESEL S-500, da empresa POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA não atende aos requisitos mínimos legais e editalícios, em virtude de a proposta apresentar valor **INEXEQUÍVEL**, o que impõe a sua desclassificação, conforme será demonstrado a seguir.

II. DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

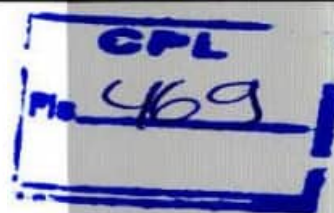
A interposição do presente recurso é tempestiva, considerando o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar recurso, conforme previsão editalícia (11 – DOS RECURSOS) e artigo 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002, senão vejamos:

11.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no primeiro dia útil seguinte ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

A empresa recorrente não venceu os Itens aos quais recorre, portanto, evidencia o **interesse recursal**, sendo a peça de irrisignação proposta por empresa credenciada e participante do referido certame, o qual atesta também sua **legitimidade**. Portanto, estão presentes os pressupostos recursais.

III. DA INEXEQUIBILIDADE DO PREÇO OFERTADO PELA EMPRESA POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA

De acordo com a 2ª ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO – PREGÃO SRP 017/2021 – PMP, de 19/08/2021 (DOC_01), a empresa POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA, foi vencedora dos itens 01, 03 e 04. Nos itens 03 - ÓLEO DIESEL



ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PIUM – ESTADO DO TOCANTINS.

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 017/2021-PMP

PROCESSO:	104/2021
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TIPO DE LICITAÇÃO	Pregão Presencial - SRP Para Registro de Preços com MENORPREÇO ITEM
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Regido pela Lei nº10.520/2002 de 17/07/2002 subsidiariamente a Lei Federal nº8.666/1993, de 21/06/1993 e suas posteriores alterações, Lei Complementar Nº 123/2006 e Decreto 7.892/2013.

ECOPOSTO PETROMAX LTDA (ECOPOSTO PIUM), CNPJ Nº 21.875.861/0002-74, já devidamente qualificada no procedimento licitatório em epígrafe, com fulcro no artigo 109 da Lei nº 8.666/93, vem, respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, por seu representante constituído, na forma da Legislação vigente e de acordo com o Edital de Licitação, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra o ato da Comissão de Licitações que julgou vencedora a empresa **POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA, CNPJ 21.069.858/0001-82** por manifesta inexecuibilidade da proposta ofertada, o que faz pelos fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidos:

I. DOS FATOS

Por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitações, o Município de Pium, Estado do Tocantins, promove licitação sob a modalidade de "Pregão", do tipo "Menor Preço por Item", **OBJETIVANDO A SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO AO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

- de litros de combustíveis vendida em 2020;
- iii) Margem de Lucro por litro = **R\$ 96.958,11** / quantidade total de litros de combustíveis vendida em 2020.

Além disso, será demonstrada a seguir, com base na análise vertical da Demonstração de Resultado (DRE) apresentada pelo POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA junto com os documentos de habilitação, a composição de seus custos, despesas e margem de lucro em relação ao faturamento apresentado.

Tabela 01: Análise Vertical da DRE do exercício de 2020 do POSTO QUATRO RODAS

RECEITAS	Valor R\$	Análise Vertical % S/ Receita Total
Receita Operacional Bruta	2.417.859,07	97,91%
Outras Receitas	51.703,13	2,09%
1.TOTAL DE RECEITAS	2.469.562,20	100,00%
2.Custo dos Produtos Vendidos (CPV)	2.178.595,09	88,22%
DESPESAS		
Despesas Operacionais	163.330,93	6,61%
Outras Despesas	191,96	0,01%
3.TOTAL DE DESPESAS	163.522,89	6,62%
IMPOSTOS		
Impostos incidentes sobre vendas	1.918,94	0,08%
CSLL - Lucro Real	10.712,69	0,43%
IRPJ - Lucro Real	17.854,48	0,72%
4.TOTAL DE IMPOSTOS	30.486,11	1,23%
5.LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	96.958,11	3,93%

Conforme tabela acima, na composição dos custos do POSTO QUATRO RODAS, os custos diretos (custo dos produtos vendidos) equivalem a **88,22%** de seu faturamento bruto total. Nessa mesma linha, suas despesas equivalem a **6,62%** do faturamento total, os impostos **1,23%** e a margem de lucro **3,93%**.

O preço ofertado das propostas vencedores dos itens 03 – ÓLEO DIESEL S-10 e 04 – ÓLEO DIESEL S-500 foram **R\$ 4,23** e **R\$ 4,21**, respectivamente. Provaremos agora que esse preço é **INEXEQUIVEL**, senão vejamos.

Imagem 02: Recorte de imagem do dia 21.08.2021 de bomba do POSTO QUATRO RODAS com a indicação da origem do combustível

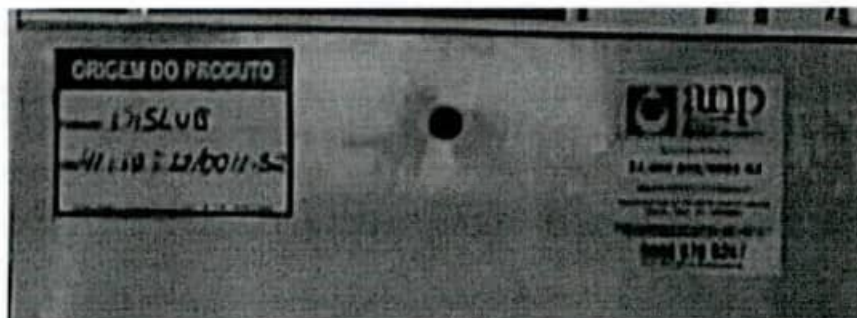
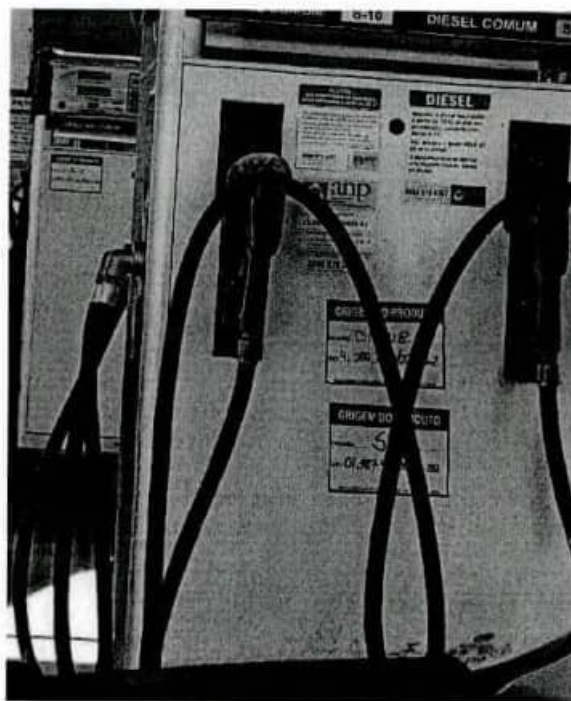




Imagem 03: Foto do dia 21.08.2021 de bomba de Diesel do POSTO QUATRO RODAS com a indicação da origem do combustível (DISLUB e SP)



Conforme visto nas imagens acima, o **POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA** compra combustíveis do mesmo fornecedor da Recorrente. Para tanto, demonstraremos o preço de compra do Diesel de acordo com nota fiscal atual (última compra de Diesel) do mesmo fornecedor, **DISLUB COMBUSTÍVEIS SA**, CNPJ 41.080.722/0011-52 (DOC_02, em anexo), NF-e 12.856, de 12/08/2021, chave de acesso 1721.0841.0807.2200.1152.5500.1000.0128.5610.0816.0196.

Imagem 04: Recorte de NF-e da Recorrente com detalhes de transporte e preços

Transportador / Volumes Transportados																
Nome / Razão Social PRIME LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA - EPP				Frete Por Conta 0 - Emitente 1 - Destinatário	0	Código ANTT 50721833	Placa do Veículo OYW-8525	UF SP	CNPJ / CPF 29.225.637/0001-68							
Endereço AV. AV LOTEAMENTO JARDIM DO PORTO, SN - SALA 01				Município PORTO NACIONAL			UF TO	Inscr. Estadual 294839143								
Quantidade 13.000 3.000		Espécie LITROS litro		Marca			Numero	Peso Bruto 10.160 2.520		Peso Líquido 10.160 2.520						
Dados dos Produtos / Serviços																
Código	Descrição do Produto/Serviço			Cod ANP	NCM SH	CST	CFOP	Unid	Qtd	Vir Unitário	Valor Total	BC ICMS	VL ICMS	VL IPI	Alíquota ICMS	IPI
3	GASOLINA C COMUM - ONU 3475 CL 3 NR 33 (ANP 320102001) GASOLINA C			320102001	2710.12.59	060	5655	L	8.000	5,481500	43.852,00	0,00	0,00	0,00	0	0
173	OLEO DIESEL B S10-COMUM - ONU 1202 CL 3 N. R 30 (Cod ANP 820101034)			820101034	2710.19.21	060	5655	L	3.000	4,192000	12.576,00	0,00	0,00	0,00	0	0
14	OLEO DIESEL B 5500 COMUM - ONU 1202 CL 3 N. R 30 (Cod ANP 820101012)			820101012	2710.19.21	060	5655	L	5.000	4,171000	20.855,00	0,00	0,00	0,00	0	0

Conforme demonstrado na imagem acima, o preço atual de custo no mesmo fornecedor da Recorrida é de **R\$ 4,192** para o DIESEL S-10 e de **R\$ 4,171** para o DIESEL S-500. Nesses preços já estão incluídos o frete, conforme informação acima "Frete Por Conta: 0-Emitente".

O preço da proposta vencedora do item 03 – DIESEL S-10 foi de **R\$ 4,23**, ou seja, apenas **3,8** centavos acima do preço de custo (4,23 – 4,192). Não cobre nem os impostos

que, conforme demonstrado na Tabela 01, é de 1,23% que daria R\$ 5,2 centavos por litro ($4,23 \times 1,23\%$). Da mesma forma, o preço da proposta vencedora do item 04 – DIESEL S-500 foi de R\$ 4,21, ou seja, apenas 3,9 centavos acima do preço de custo ($4,21 - 4,171$). Também não cobre nem os impostos de 1,23% que daria R\$ 5,18 centavos por litro ($4,23 \times 1,23\%$).

Portanto, resta CABALMENTE demonstrado a INEXEQUIBILIDADE dos preços das propostas vencedoras dos itens 03 e 04. Pois não atendem às disposições do item 8.2 do Edital, visto que nos preços ofertados não estão compostos de todos custos e despesas.

A Administração quando verifica o preço manifestamente inexequível tem o dever de atestar a plausibilidade da composição do preço final, especialmente no tocante a compatibilidade entre os lances ofertados e os valores de mercado colhidos pelo próprio órgão licitante.

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos rechaça que sejam aceitos pela Administração valores superiores ao estimado, e no mesmo sentido proíbe a admissão de propostas com preços muito aquém do orçado pelo órgão licitante. **No caso em tela, a licitante vencedora dos itens 03 e 04 ofertou preço manifestamente INEXEQUÍVEL.**

No caso sob exame, verifica-se que a licitante declarada vencedora nos itens 03 e 04, no desejo de obter a contratação por parte do Ente Municipal, ultrapassou o limite da exequibilidade, reduzindo os preços a valores inferiores aos manifestamente plausíveis, ou seja, **seus preços não cobrem nem os impostos incidentes.**

O próprio Edital do presente certame estabelece no item 8.2 que os preços apresentados na proposta devem apresentar o valor do item ofertado e devem incluir todos os custos e despesas, conforme já transcrito acima.

Assim, em apreço ao **Princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, impõe-se aos licitantes, bem como a Administração Pública a observância das normas contidas no Edital, de forma objetiva. É a dicção do artigo 41 da Lei nº 8.666/93 que **a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.**

Considerando tudo o que foi exposto é de se concluir que a proposta da licitante vencedora é manifestamente inexequível ao se comparar com o preço estimado, **devendo a Administração, caso ainda suscitar dúvida, realizar diligências no sentido de confirmar a real exequibilidade da proposta.**

Portanto, em razão do exposto, **sob pena de nulidade do ato no caso de eventual adjudicação**, e em obediências as condições legais e preestabelecidas no ato convocatório, **a Recorrida deve ser intimada a apresentar documentação que demonstre a exequibilidade de sua oferta, sob pena de desclassificação**, conforme já decidiu o TCU no Acórdão n. 2198/2009, Plenário (Relator: BENJAMIN ZYMLER):

Enunciado

O órgão contratante deve verificar a conformidade das propostas de licitantes com os preços correntes do mercado, bem como com aqueles praticados no âmbito de outros órgãos e entidades da Administração Pública.



Neste sentido, traz-se a transcrição do Acórdão 1679/2008-Plenário, TCU:

Enunciado

O critério para aferição de viabilidade de propostas de preços conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade, cabendo à Administração verificar a efetiva capacidade da licitante executar os serviços.

IV. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto, requer-se que:

1. seja recebida a presente **RAZÕES DE RECURSO**, nos termos do item 11.1 do Edital do Pregão Presencial – SRP nº 017/2021 – PMP, e julgada **PROCEDENTE**, após o recebimento das contrarrazões dos demais licitantes (caso apresentem), declarando a **DECLASSIFICAÇÃO** das propostas vencedoras dos itens **03 – ÓLEO DIESEL S-10 e 04 – ÓLEO DIESEL S-500** apresentadas pela Recorrida **POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA**, por serem **MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS**, conforme artigos 44, § 3º, e 48, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666/93, e item 8.2 do presente Edital;
2. subsidiariamente, não sendo reconsiderada a decisão, se digne a Comissão em fazer a remessa do presente recurso à autoridade que lhe for imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, conhecendo-o e dando-lhe provimento para que, diante do irrisório valor apresentado e do risco de não cumprimento do objeto licitado, considere **INEXEQUÍVEL** a proposta vencedora dos itens **03 e 04** da Licitante **POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA**, reformando-se a decisão que declarou vencedora a respectiva empresa, e dando continuidade na licitação dos itens **03 e 04** nos seus ulteriores termos, de acordo com o preconizado no presente Edital.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.

Pium/TO, 23 de agosto de 21.

Alessandro Domingos de Souza

Alessandro Domingos de Souza
(Procurador)
ECOPOSTO PETROMAX LTDA
CNPJ 21.875.861/0002-74

21.875.861/0002-
ECOPOSTO PETROMAX LT
(ECOPOSTO PIUM)
AV. DIÓGENES DE BRITO COM ROD. T
CENTRO - CEP: 77.570-000 - PIUM -



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



474

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

2ª ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO - PREGÃO SRP 017/2021-PMP

Às 14h:30m do dia 19 de agosto de 2021, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM - TO, sito à Av. Diógenes Brito, nº1 centro, Cep: 77570-000, reuniram-se a Pregoeira, a Sra. RAYLLANNE GOUVEIA ARAUJO e os membros da Comissão Permanente de Licitações, ambos designados (as) pela Portaria nº 017/2021, com base na Lei nº 10.520/2002, para realizar os procedimentos relativos ao processamento do Pregão Presencial nº 017/2021-PMP, tipo menor preço por item. Conforme consta no despacho constante à fls de nº 320 do processo licitatório em epigrafe, todas as empresas que compareceram para participar do certame no dia 10 de agosto de 2021 foram desclassificadas, razão pela qual, com base no art. 48, § 3º da Lei 8.666/93, foi fixada a presente data para apresentação de nova documentação. Passou-se, portanto, a abertura da presente sessão, a qual seguirá o disposto no edital.

1 - Credenciamento

Aberta a fase de credenciamento, o Pregoeiro solicitou aos seus representantes que apresentassem os documentos de credenciamento exigidos do Edital. Depois de analisados os documentos pela Equipe de Apoio, foi obtido o seguinte resultado.

EMPRESA/REPRESENTANTE	CNPJ/CPF	STATUS
RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA Max Luan Jose Souza	05.807.461/0001-94 / 373.442.458-39	CREDENCIADA
ECOPOSTO PETROMAX LTDA Alessandro Domingos de Souza	21.875.861/0002-74 / 866.921.941-72	CREDENCIADA
POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA Rosângela Braga Barros	21.069.858/0001-82 / 358.048.741-87	CREDENCIADA

2 - Entrega dos Envelopes

Em seguida a pregoeira solicitou que as empresas interessadas já devidamente credenciadas apresentassem a declaração de pleno atendimento aos requisitos para habilitação, bem como que entregasse à Equipe de Apoio, os envelopes nº 01 contendo a Proposta, e o nº 02 contendo a documentação para habilitação. Após a realização do credenciamento, a pregoeira declarou encerrada a fase de credenciamento, passando-se à abertura das propostas de preços das licitantes já credenciadas.

3 - Propostas

Em seguida a pregoeira solicitou que as empresas interessadas, já devidamente credenciadas, apresentassem a declaração de pleno atendimento aos requisitos para habilitação, bem como que entregasse à Comissão, os envelopes nº 01 contendo a Proposta, e o nº 02 contendo a documentação para habilitação. Após, a pregoeira declarou encerrada a fase de credenciamento, passando-se à abertura da proposta de preços das licitantes já credenciadas. Foi franqueado a todos os presentes o acesso as propostas apresentadas pelas licitantes. Após, a Comissão e a Pregoeira consideraram as propostas adequadas, as quais atendem ao disposto no Edital.

Passou-se, então, à classificação das mesmas e a fase de lances, sendo realizado sorteio afim de se definir qual dos licitantes daria início aos lances, em razão de todas as propostas conterem valores iguais ao estimado.

Lances pelo Item 01

Ordem	Clas.	Licitante	Valor Original
1º	1	ECOPOSTO PETROMAX LTDA	6224
	2	POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	6224
	3	RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	6224
			LANCES
2º		RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	6224
		POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	6224



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

		ECOPOSTO PETROMAX LTDA	R\$6,19
		RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	
		POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	SEM LANCE
		ECOPOSTO PETROMAX LTDA	SEM LANCE

NEGOCIAÇÃO

Instada, a empresa não manifestou interesse em diminuir o valor obtido na fase de lances.

HABILITAÇÃO

Aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da empresa, após análise, verificou-se o atendimento a todas as exigências do edital, sendo declarada HABILITADA.

LANCES PELO ITEM 2 -

Rodada	Class	Licitante	PROPOSTA ORIGINAL
1º	1	ECOPOSTO PETROMAX LTDA	5,19
	3	RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	5,19
2º		RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	LANCES
		ECOPOSTO PETROMAX LTDA	SEM LANCE

NEGOCIAÇÃO

Instada, a empresa não manifestou interesse em diminuir o valor obtido na fase de lances.

HABILITAÇÃO

Aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da empresa, após análise, verificou-se o atendimento a todas as exigências do edital, sendo declarada HABILITADA.

Lances pelo Item 03

Rodada	Class	Licitante	PROPOSTA ORIGINAL
	1	ECOPOSTO PETROMAX LTDA	R\$4081
	2	POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	R\$4,81
	3	RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	R\$4,81
1º		RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	LANCES
		POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	R\$ 4,40
		ECOPOSTO PETROMAX LTDA	R\$4,38
			R\$4,35
2º		RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	R\$4,34
		POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	R\$4,33
		ECOPOSTO PETROMAX LTDA	SEM LANCE
		RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	R\$4,30
		POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	R\$4,28
3º		RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	R\$4,27
		POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	R\$4,25
4º		RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	R\$4,24
		POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	R\$4,23
5º		RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	SEM LANCE



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIOM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIOM PARA TODOS"



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA

R\$4,27

NEGOCIAÇÃO

Instada, a empresa não manifestou interesse em diminuir o valor obtido na fase de lances.

Lances pelo Item 04

Rodada	Ordem	Licitante	PROPOSTA ORIGINAL
	1	ECOPOSTO PETROMAX LTDA	R\$4,79
	2	POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	R\$4,79
	3	RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	R\$4,79
			LANCES
1ª		RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	R\$4,40
		POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	R\$4,38
		ECOPOSTO PETROMAX LTDA	R\$4,36
2ª		RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	R\$4,35
		POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	R\$4,33
		ECOPOSTO PETROMAX LTDA	R\$4,31
3ª		RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	R\$4,30
		POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	R\$4,28
		ECOPOSTO PETROMAX LTDA	R\$4,26
4ª		RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	R\$4,25
		POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	R\$4,24
		ECOPOSTO PETROMAX LTDA	R\$4,23
5ª		RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	R\$4,22
		POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	R\$4,21
		ECOPOSTO PETROMAX LTDA	SEM LANCE
6ª		RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA	SEM LANCE
		POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA	R\$4,21

NEGOCIAÇÃO

Instada, a empresa não manifestou interesse em diminuir o valor obtido na fase de lances.

4 -- Recursos

Após a classificação definitiva e a habilitação das empresas vencedoras, a Pregoeira avisou que se as licitantes tivessem interesse em interpor recursos contra os procedimentos da Equipe de Apoio as mesmas deveriam manifestar imediatamente e motivadamente a sua intenção, a qual será registrada abaixo.

A empresa ECOPOSTO PETROMAX LTDA manifestou interesse em interpor recurso apresentando a seguinte motivação: "Os valores apresentados pela empresa POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA e são inexequíveis, abaixo do praticado no mercado, solicitando que a empresa vencedora apresentasse documentação demonstrando a viabilidade dos preços ofertados (Composição de Custos)".

A empresa RODRIGUES BLAY & BLAYA manifestou interesse em interpor recurso apresentando a seguinte motivação: "Os valores apresentados pelas empresas POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA e ECOPOSTO PETROMAX LTDA são inexequíveis, abaixo do praticado no mercado, solicitando que a empresa vencedora apresentasse documentação demonstrando a viabilidade dos preços ofertados (Composição de Custos)".

(185)



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

5 - Ocorrências na Sessão Pública

Em razão da intenção de recurso apresentada pelas empresas, a Pregoeira concedeu o prazo de (três) dias para as empresas apresentarem as razões de recursos, conforme disposto no edital.

6 - Encerramento da Sessão

Nada mais havendo a tratar, a Pregoeira encerrou a sessão, da qual, para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.

Pium - TO, 19 de agosto de 2024

RAYLLANNE GOUVEIA ARAÚJO
Pregoeira

LUCIENE PINTO CARNEIRO
Membro da CPL

MARIA DE LOURDES LIMA VIEIRA
Membro da CPL

EMPRESA/REPRESENTANTE	CNPJ/CPF	ASSINATURA
RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA Max Luan Jose Souza	05.807.461/0001-94 / 373.442.458-39	
ECOPOSTO PETROMAX LTDA Alessandro Domingos de Souza	21.875.861/0002-74 / 866.921.941-72	
POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA Rosângela Braga Barros	21.069.858/0001-82 / 358.048.741-87	



Folha: 001

TERMO DE ABERTURA

BALANÇO PATRIMONIAL 2020

Contém este documento 005 (cinco), folhas numeradas seguidamente pelo processo eletrônico de dados, de nº 001 a 005 e que serve como BALANÇO PATRIMONIAL do exercício de 2020 da empresa abaixo qualificada:

Empresa:	POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA
Endereço:	RUA 06 COM RUA 12, S/Nº, QUADRA 19, LOTE 07, 08 E 09
Bairro:	CENTRO
Cidade/UF:	PIUM/TO
CEP:	77.570-000
CNPJ(MF):	21.069.858/0001-82
NIRE(JUCETINS):	17200594456 EM 17 DE SETEMBRO DE 2018

Paraíso do Tocantins/TO., 01 de janeiro de 2020.



Posto de Combustível Quatro Rodas Ltda
Rosângela Braga Barros
Sócia-Administradora
CPF(MF): 358.048.741-87


Maria da Glória Alves Guida
CRC: TO-001297/O
Contadora
CPF(MF): 850.527.441-53



Folha:002

**POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA****CNPJ(MF): 21.069.858/0001-82****NIRE(JUCETINS): 17200594456 EM 17/09/2018****BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.****ATIVO**

ATIVO CIRCULANTE	R\$	381.850,58
Disponibilidades	R\$	107.866,72
Caixa	R\$	55.462,95
Banco conta Movimento	R\$	52.403,77
Direitos Realizáveis	R\$	223.542,06
Clientes	R\$	221.851,76
Tributos a recuperar	R\$	1.690,30
Estoques	R\$	50.441,80
Mercadorias para revenda	R\$	50.441,80
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$	40.652,80
Imobilizado	R\$	40.652,80
BENS MÓVEIS		
Móveis e Utensílios	R\$	2.899,00
Máquinas e Equipamentos	R\$	36.231,80
Instalações	R\$	15.523,80
Equipos.Proces.Eletr.de Dados	R\$	1.099,01
(-) Depreciação Acumulada	R\$	(15.100,81)
TOTAL DO ATIVO	R\$	422.503,38

BBB

Boia

Folha:003

POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA**CNPJ(MF): 21.069.858/0001-82****NIRE(JUCETINS): 17200594456 EM 17/09/2018****PASSIVO**

PASSIVO CIRCULANTE	R\$	132.058,46
Empréstimos e Financiamentos	R\$	10.000,00
Empréstimos em Instituições Financeiras	R\$	10.000,00
Fornecedores	R\$	89.389,54
Fornecedores Nacionais	R\$	89.389,54
Obrigações Tributárias	R\$	13.685,45
Tributos Federais a Recolher	R\$	13.430,35
Tributos Estaduais a Recolher	R\$	255,10
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	R\$	18.983,47
Obrigações c/ Pessoal	R\$	15.688,65
Obrigações Previdenciárias	R\$	3.294,82
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$	100.000,00
Outras obrigações	R\$	100.000,00
Contas a pagar com pessoas ligadas	R\$	100.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$	190.444,92
Capital Social	R\$	100.000,00
Capital Subscrito	R\$	100.000,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	R\$	90.444,92
Prejuízos Acumulados	R\$	(6.513,19)
Lucro Líquido do Exercício	R\$	96.958,11
TOTAL DO PASSIVO	R\$	422.503,38

Paraíso do Tocantins/TO, 31 de dezembro de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Rosângela Braga Barros".

POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA
 ROSANGELA BRAGA BARROS
 Sócia-Administradora
 CPF(MF):358.048.741-87

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Maria da Glória Alves Guida".

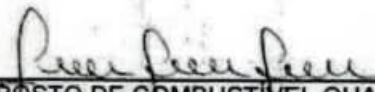
MARIA DA GLÓRIA ALVES GUIDA
 CRC: TO-001297/O
 Contadora
 CPF(MF): 850.527.441-53

Folha:004

POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA**CNPJ(MF): 21.069.858/0001-82****NIRE(JUCETINS): 17200594456 EM 17/09/2018****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.**

Receita Operacional Bruta	R\$	2.417.859,07
(+) Venda de produtos	R\$	2.417.859,07
(-) Deduções da Receita Bruta	R\$	(1.918,94)
(-) Impostos incidentes s/ vendas	R\$	(1.918,94)
(=) Receita Operacional Líquida	R\$	2.415.940,13
(-) Custos dos Produtos vendidos	R\$	(2.178.595,09)
(-) Custos dos produtos vendidos	R\$	(2.178.595,09)
(=) Lucro Operacional Bruto	R\$	237.345,04
(-) Despesas Operacionais	R\$	(163.330,93)
(-) Administrativas	R\$	(106.777,31)
(-) Financeiras	R\$	(2.612,38)
(+) Receitas Financeiras	R\$	339,98
(-) Gerais	R\$	(54.281,22)
(=) Lucro Operacional Líquido	R\$	74.014,11
(+/-) Outras Receitas e Despesas	R\$	51.511,17
(+) Outras receitas	R\$	51.703,13
(-) Outras despesas	R\$	(191,96)
(=) Lucro Líquido Antes da provisão IRPJ e da CSLL	R\$	125.525,28
(-) Provisão para a CSLL - Lucro Real	R\$	(10.712,69)
(-) Provisão para o IRPJ - Lucro Real	R\$	(17.854,48)
(=) Lucro Líquido do Exercício	R\$	96.958,11

Paraiso do Tocantins/TO., 31 de dezembro de 2020.


POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA
ROSANGELA BRAGA BARROS
 Sócia-Administradora
 CPF(MF):358.048.741-87


MARIA DA GLORIA ALVES GUIDA
 CRC: TO-001297/O
 Contadora
 CPF(MF): 850.527.441-53

Folha:005

POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA

CNPJ(MF): 21.069.858/0001-82

NIRE(JUCETINS): 17200594456 EM 17/09/2018



DEMONSTRATIVO DE LIQUIDEZ, SOLVÊNCIA E ENDIVIDAMENTO GERAL DO BALANÇO
PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

1. ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE - ILC

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{ILC} = \frac{381.850,58}{132.058,46}$$

ILC= 2,89

2. ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL - ILG

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{ILG} = \frac{381.850,58}{232.058,46}$$

ILG= 1,65

3. ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL - ISG

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{ISG} = \frac{422.503,38}{232.058,46}$$

ISG= 1,82

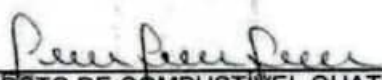
4. ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL - IEG

$$\text{IEG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

$$\text{IEG} = \frac{232.058,46}{422.503,38}$$

IEG= 0,55

Paraíso do Tocantins/TO., 31 de dezembro de 2020.


 POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA
 ROSÂNGELA BRAGA BARROS
 Sócia-Administradora
 CPF(MF): 358.048.741-87


 MARIA DA GLÓRIA ALVES GUIDA
 CRC: TO-001297/O
 Contadora
 CPF(MF): 850.527.441-53

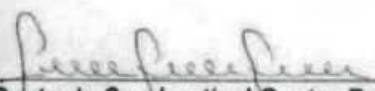
Folha: 005

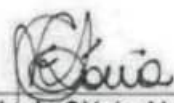
TERMO DE ENCERRAMENTO**BALANÇO PATRIMONIAL
2020**

Contém este documento 005 (cinco), folhas numeradas seguidamente pelo processo eletrônico de dados, de nº 001 a 005 e que serviu como BALANÇO PATRIMONIAL do exercício de 2020 da empresa abaixo qualificada:

Empresa:	POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA
Endereço:	RUA 06 COM RUA 12, S/Nº, QUADRA 19, LOTE 07, 08 E 09
Bairro:	CENTRO
Cidade/UF:	PIUM/TO
CEP:	77.570-000
CNPJ(MF):	21.069.858/0001-82
NIRE(JUCETINS):	17200594456 EM 17 DE SETEMBRO DE 2018

Paraíso do Tocantins/TO., 31 de dezembro de 2020.



 Posto de Combustível Quatro Rodas Ltda
 Rosângela Braga Barros
 Sócia-Administradora
 CPF(MF): 358.048.741-87


 Maria da Glória Alves Guida
 CRC: TO-001297/O
 Contadora
 CPF(MF): 850.527.441-53

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E TABELIONATO 1º DE NOTAS

Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas - Paraíso do Tocantins/TO - Rua 06, s/nº, Quadra 19, Lote 07, 08 e 09 - CEP: 77.570-000 - PIUM/TO

Consulte esse ato em

<http://corregedoria.tjto.jus.br/index.php/seledigital>

Reconheço por "verdadeiro" a assinatura indicada de POSTO DE COMBUSTIVEL QUATRO RODAS LTDA representada por ROSANGELA BRAGA BARROS, ou fe

PIUM/TO, 04 de fevereiro de 2021

Em Teste da verdade

1286262



Ieda Mourão de Araújo
 Tabeliã e Registradora

EMOLUMENTOS: R\$2,63 Taxa Judiciária: R\$0,74 Funcionário: R\$0,62 ISS: R\$0,13 - TOTAL: R\$4,02





TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, MARIA DA GLORIA ALVES GUIDA, com inscrição ativa no CRC/TO, sob o nº 001297, inscrito no CPF nº 85052744153, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
85052744153	001297	MARIA DA GLORIA ALVES GUIDA FONSECA



CERTIFICO O REGISTRO EM 05/02/2021 12:37 SOB Nº 20210063769.
PROTOCOLO: 210063769 DE 04/02/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12100819999. CNPJ DA SEDE: 21069858000182.
NIRE: 17200594456. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 05/02/2021.
POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA

CLECI ZANCAN CASSOL
SECRETÁRIA-GERAL
www.simplifica.to.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



DOC-02

CPL

Fls. 480

 COMPROVANTE DE ENTREGA RECEBEMOS DE DISLUB COMBUSTÍVEIS S.A. OS PRODUTOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº: 12.856 Série: 1	
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	Nº ENVELOPE DE SEGURANÇA	

Corte aqui

Corte aqui

 DISLUB COMBUSTÍVEIS S.A. ROD. ROD TO 080 KM 21,3, 0000 - LOTE 15 CONTAINER 48 ZONA RURAL PORTO NACIONAL - TO - CEP: 77.500-000 Telefones		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - Entrada 1 - Saída ☒ 1 Nº: 12.856 Série: 1 Folha: 1/2	 Chave de Acesso da NF-e 1721.0841.0807.2200.1152.5500.1000.0128.5610.0816.0196 Consulta de Autenticidade no portal nacional NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora Protocolo de Autorização de Uso 317210010734203 12/08/2021 11:54:37
Natureza da Operação VENDA DE COMBUSTÍVEL OU LUBRIFICANTE ADQUIRIDO OU		Dados da NF-e 1712 1875 8610 0027 4000 0000 7728 3002 2128	
Inscrição Estadual 294755179	Inscr. Estadual Subst. Tributário	CNPJ 41.080.722/0011-52	

Destinatário / Remetente		CNPJ / CPF 21.875.861/0002-74		Data de Emissão 12/08/2021
Nome / Razão Social ECOPOSTO PETROMAX LTDA		Bairro / Distrito URBANA		Data de Entrada / Saída 12/08/2021
Endereço AV. DIOGENES DE BRITO COM RODOVIA TO, 354 - PARTE DA. CH. POUSO DA AGAUA		CEP 77.570-000		Horas de Saída 11:52:00
Município PIUM	Telefone	UF TO	Inscr. Estadual 294971467	

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
12856/001	12/08/2021	77.283,00									

Cálculo do Imposto		Base de Cálculo do ICMS		Valor do ICMS		Base de Cálculo do ICMS Substituição		Valor do ICMS Substituição		Valor Total dos Produtos	
		0,00		0,00		0,00		0,00		77.283,00	
Valor do Frete	Valor do Seguro	Desconto	Outras Desp. Acessórias	Vir. Total Aprox. Impostos	Valor do IPI	Valor Total da Nota					
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.283,00					

Transportador / Volumes Transportados		Frete Por Conta 0 - Emissor 1 - Destinatário ☒ 0		Código ANTT 50721833	Placa do Veículo OYW-8525	UF SP	CNPJ / CPF 29.225.637/0001-68
Nome / Razão Social PRIME LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA - EPP		Município PORTO NACIONAL		UF TO	Inscr. Estadual 294839143		
Endereço AV. AV LOTEAMENTO JARDIM DO PORTO, SN - SALA 01		Marca		Número	Peso Bruto 10.160	Peso Líquido 10.160	
Quantidade 13.000	Espécie LITROS				2.520	2.520	
3.000	litro						

Itens dos Produtos / Serviços													
Código	Descrição do Produto/Serviço	Cód. ANP	NCM SH	CST	CFOP	Unid	Qtde	Vir. Unitário	Valor Total	BC ICMS	VL ICMS	VL IPI	Aliquota ICMS IPI
3	GASOLINA C COMUM - ONU 3475 CL 3 NR 33 (ANP 320102001) GASOLINA C	320102001	2710.12.59	060	5855	L	8.000	5,481500	43.852,00	0,00	0,00	0,00	0 0
173	OLEO DIESEL B S10-COMUM - ONU 1202 CL 3 N. R 30 (Cod ANP 820101034)	820101034	2710.19.21	060	5855	L	3.000	4,182000	12.576,00	0,00	0,00	0,00	0 0
14	OLEO DIESEL B S500 COMUM - ONU 1202 CL 3 N. R 30 (Cod ANP 820101012)	820101012	2710.19.21	060	5855	L	5.000	4,171000	20.855,00	0,00	0,00	0,00	0 0

HBS

 DISLUB COMBUSTÍVEIS S.A. ROD. ROD TO 080 KM 21,3, 0000 - LOTE 15 CONTAINER 4B ZONA RURAL PORTO NACIONAL - TO - CEP: 77.500-000 Telefones		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - Entrada 1 - Saída 1 N°: 12.856 Série: 1 Folha: 2/2		 Chave de Acesso da NF-e 1721.0841.0807.2200.1152.5500.1000.0128.5610.0816.0196 Consulta de Autenticidade no portal nacional NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora Protocolo de Autorização de Uso 317210010734203 12/08/2021 11:54:37	
Natureza da Operação VENDA DE COMBUSTÍVEL OU LUBRIFICANTE ADQUIRIDO OU				Dados da NF-e 1712 1875 8610 0027 4000 0000 7728 3002 2128	
Inscrição Estadual 294755179		Inscr. Estadual Subst. Tributário		CNPJ 41.080.722/0011-52	
Destinatário / Remetente					
Nome / Razão Social ECOPOSTO PETROMAX LTDA				CNPJ / CPF 21.875.861/0002-74	
Endereço AV. DIOGENES DE BRITO COM RODOVIA TO, 354 - PARTE DA. CH. POUSO DA AGAUA				Bairro / Distrito URBANA	
Município PIUM				CEP 77.570-000	
Telefone				UF TO	
Inscr. Estadual 294971467				Data de Emissão 12/08/2021	
Hora de Saída 11:52:00				Data de Entrada / Saída 12/08/2021	

Continuação

Dados Adicionais		CERTIFICAMOS QUE O(S) PRODUTO(S) ESTA(AO) ADEQUADAMENTE ACONDICIONADO(S) PARA SUPORTAR OS RISCOS NORMAIS DO CARREGAMENTO, DESCARREGAMENTO, TRANSBORDO E TRANSPORTE CONFORME REGULAMENTAÇÃO EM VIGOR	
ICMS Retido em Operação Anterior pela refinaria, a ser repassado nos termos do Cap V do Conv ICMS 110/07: GASOLINA C COMUM - ONU 3475 CL.3 NR 33 (ANP 320102001)- BASE ICMS ST ORIGEM: 46.800,00 / 13.572,00 / BASE ICMS ST DESTINO: 46.800,00 / 12.636,00 / 0,00 OLEO DIESEL B S500 COMUM - ONU 1202 CL.3 N. R 30 (Cod ANP 820101012)- BASE ICMS ST ORIGEM: 16.800,00 / 3.024,00 / BASE ICMS ST DESTINO: 16.800,00 / 3.024,00 / 0,00 OLEO DIESEL B S10-COMUM - ONU 1202 CL.3 N. R 30(Cod ANP 820101034)- BASE ICMS ST ORIGEM: 10.125,00 / 1.822,50 / BASE ICMS ST DESTINO: 10.125,00 / 1.822,50 / 0,00 Envelope : 1-6607, 2-6608 3-6609 4-6610 Motorista : LEANDRO RAMOS DE SOUSA Placa : OYW-8525 / /		Reservado ao Fisco	
Em caso de direito a crédito do ICMS pelo adquirente, envolvendo mercadoria não destinada à sua industrialização ou à sua comercialização, a base de cálculo será o valor da operação, conforme dispõe o inciso II, do Paragrafo 1, da Cláusula décima terceira, do Convênio ICMS N. 110/2007. INSTRUÇÕES DE RECEBIMENTO-Antes de efetuar a descarga, examinar os lacres, conferir a seta do produto, sangrar as válvulas para examinar o produto, irregularidade deverá ser reclamada antes da descarga. A fiscalização de descarga e das regras de segurança na operação e de inteira responsabilidade do operador ou responsável pelo recebimento. Embarcados por conta e risco do comprador. Declaro que os produtos perigosos estão adequadamente classificados, embalados, identificados, e estivados para suportar os riscos das operações de transporte e que atendem às exigências da regulamentação. Boletim de Qualidade: 782021, 1022021, 962021 Lacres: (1) 12687-BRANCO/12688-BRANCO (2) 12689-BRANCO/12690-BRANCO (3) 12677-BRANCO/12678-BRANCO (4) 12679-BRANCO/12680-BRANCO			



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Pregão Presencial SRP n.º 018/2021-PMP.

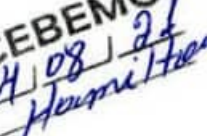


DESPACHO

Tendo em vista o que consta no recurso interposto pela empresa ECOPOSTO PETROMAX LTDA, encaminhe-se o mesmo para empresa **POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS** para apresentação de contra-razões, no prazo de 03 (três) dias úteis.

Pium – TO, 24 de agosto de 2021.


RAYLLANNE SOUBEIRA ARAÚJO
Pregoeira

RECEBEMOS
Em 24/08/21
Ass. 



POSTO DE COMBUSTIVEL QUATRO RODAS LTDA
CNPJ/MF: 21.069.858/0001-82
CAD-ICMS 29.482.665-3



RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Presencial - SRP nº 017/2021-PMP

Processo: Pregão Presencial - SRP nº 017/2021-PMP

Recorrida: EMPRESA POSTO DE COMBUSTIVEL QUATRO RODAS LTDA, CNPJ nº 21.069.858/0001-82.

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA O ATO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO QUE JULGOU VENCEDORA A EMPRESA POSTO DE COMBUSTIVEL QUATRO RODAS LTDA, CNPJ 21.069.858/0001-82, POR MANIFESTA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA OFERTADA.

I. DA TEMPESTIVIDADE.

O recurso administrativo apresentado pela empresa ECOPOSTO PETROMAX LTDA (ECOPOSTO PIUM), CNPJ Nº 21.875.861/0002-74, foi datado de 23 de agosto de 2021, dentro do estabelecido no inciso XVIII, do Artigo 4º, da Lei 10.520/02, portanto tempestivo.

Faz-se esclarecer que o despacho por parte da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal do Município de Pium – Estado do Tocantins quando do encaminhamento de cópia do Recurso e documentos acostado, foi recebido em 24 de agosto de 2021, dando-se a contar que o prazo para resposta, contados da data de recebimento dos autos, encerra-se em 27 de agosto de 2021, para impugnação ao recurso.

18/8

II - DOS FATOS.





Trata-se de um procedimento administrativo licitatório para **registro de preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, com critério de julgamento **menor preço por item**, objetivando FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, ANEXO 1 do Edital e demais anexos.

No dia 19 de agosto de 2021, a Pregoeira Oficial junto aos licitantes deram início ao procedimento licitatório relativo ao pregão, já se fazendo constar em ATA a intenção da recorrente em manifestar recurso, o que veio acontecer em 23 de agosto de 2021 o qual fora apresentado, de forma tempestiva.

Em recurso, a empresa afirma que os preços apresentados pela licitante vencedora para os itens 03 – OLEO DIESEL S-10 e 04 – OLEO DIESEL S-500 não atende aos requisitos mínimos legais e editalícios, em virtude de a proposta apresentar valor **INEXEQUIVEL**, o que impõe a sua desclassificação, conforme procura demonstrar em sua petição, alegando que o preços da proposta vencedora de R\$ 4,23 para o item 03 – OLEO DIESEL S-10 e R\$ 4,21 para o item 04 – OLEO DIESEL S-500, ficou em R\$ 0,58 abaixo do preço médio orçado pela Administração, na busca de induzir um julgamento errôneo/equivocado por parte desta Comissão julgadora, contrariando assim decisão acertada pela PREGOEIRA e EQUIPE DE APOIO quando da condução do referido certame, vindo a classificar os preços acima citados como vencedores para assim serem ADJUDICADOS a empresa POSTO DE COMBUSTIVEL QUATRO RODAS LTDA .

III - DOS FUNDAMENTOS

Neste sentido, nos compete em demonstrar que a decisão proferida pela PREGOEIRA e EQUIPE DE APOIO foi acertada, e que a referida proposta atende as exigências do Ato Convocatório, a saber:

O Edital no seu item 8 – DA PROPOSTA DE PREÇOS, vem exigir que:

8.1.

8.2. Os preços apresentados na proposta devem apresentar o valor o item ofertado e devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

188

Conforme apresentando em envelope específico a proposta de preços a empresa





POSTO DE COMBUSTIVEL QUATRO RODAS LTDA, atendeu por completo ao Ato Convocatório em todas as suas exigências.

O Edital no seu item 9 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, vem esclarecer que:

*9.1. - No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observado os prazos máximos para prestação, e qualidade definidos neste Edital. (grifo nosso)*

9.2- Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, os autores das ofertas de valores mais baixos poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

9.3 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

9.4(.....).

9.5. A Pregoeira convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor. (grifo nosso).

9.6(.....).

9.7.....

9.8.....

9.9.....

9.10. Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances verbais, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a LC nº 123/2006.

9.11 - Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de Habilitação do 1º classificado, e, caso este seja inabilitado a Pregoeira determinará a abertura do envelope de Habilitação do segundo classificado, e, assim, sucessivamente.

9.12 - Nas situações previstas nos subitens 9.8, 9.9 e 9.11, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.13 - Efetuados os procedimentos previstos no item 8.3 e 8.4 deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira anunciará a abertura do envelope referente aos “Documentos de Habilitação” desta licitante. (grifos nossos).

Portanto, mais uma vez, insta afirmar que na conformidade da proposta apresentada pela licitante vencedora e o seguimento do certame no que diz respeito ao julgamento da proposta, deixa claro o atendimento ao Ato Convocatório em todas as suas exigências, restando claro que os fundamentos até aqui já apresentado basta para que o recurso apresentado pela empresa ECOPOSTO PETROMAX LTDA (ECOPOSTO

182





PIUM), SEJA **IMPROCEDENTE**, prevalecendo **ACEITÁVEL** A **PROPOSTA VENCEDORA** para os itens 03 – OLEO DIESEL S-10 e 04 – OLEO DIESEL S-500, **que estão dentro dos parâmetros objetivos de exequibilidade.**

Torna-se indiscutível que em todo e qualquer certame licitatório busca-se instalar efetiva e real competição entre aqueles que por ele se interessam. Aliás, constitui finalidade precípua da licitação a busca da proposta que se apresente mais vantajosa, observados e respeitados, para esse efeito, os critérios fixados no edital respectivo. Pretende-se, pois, em cada procedimento instaurado perseguir e alcançar a condição mais econômica para o contrato de interesse da Administração.

A Lei 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos – firma clara e inequívoca orientação nesse sentido ao asseverar, em seu art. 32, que a licitação destina-se a garantir a **observância do princípio constitucional da isonomia** e a **selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.**

Primeiramente, convém tratar da inexecuibilidade. Assim, no que concerne ao exame da inexecuibilidade, é importante retomar o que, em princípio, poderia soar como mero truismo: a afirmação de que a licitação visa ao alcance da melhor proposta, preceito insculpido no art. 32 da Lei nº 8.666/93 com a redação dada pela Lei nº 12.349/2010, a saber:

Art. 32. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Ora, não há dúvidas de que o procedimento licitatório procura dar à administração as condições de contratar com aquele que apresente a proposta mais vantajosa. O que nos interessa, para efeito de reconhecimento da inexecuibilidade, é exatamente o modo como deve proceder o administrador para determinar, com precisão, a linha que separa a melhor proposta daquela que se revele inexecuível, o que faremos, não sem antes trazer algumas definições doutrinárias.

BBB





Segundo o professor Celso Antônio Bandeira de Mello :

"O julgamento das propostas começa por um exame de suas admissibilidades, pois as propostas devem atender a certos requisitos, sem o que não poderão ser tomadas em consideração. Devem ser desclassificadas.

Desclassificação é a exclusão de proposta desconforme com as exigências necessárias para sua participação no certame."
(MELLO, Celso Antonio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2008)

Em seguida, o mesmo autor afirma:

"Proposta ajustada às condições do edital e da lei, como intuitivamente se percebe, é a que se contém no interior das possibilidades de oferta nela permitidas. Proposta séria é aquela feita não só com o intuito mas também com a possibilidade de ser mantida e cumprida."

Portanto, em primeiro lugar, a avaliação acerca da exequibilidade de uma proposta deve ser pautada por critérios objetivos como valor mínimo, prazo de entrega e outros perfeitamente aferíveis caso o edital seja feito de maneira suficientemente detalhada pela Administração. Passar ao pregoeiro a tarefa de analisar se a empresa, a despeito do valor irrisório apresentado e do evidente prejuízo que sofrerá, tem condições financeiras de cumprir o contrato amplia demasiadamente o âmbito de discricionariedade do administrador. Relembremos que a licitação, conforme colhido de sua conceituação, é procedimento vinculado, motivo porque não se deve conferir ao agente administrativo qualquer subjetividade na apreciação da exequibilidade de dada proposta.

Passando-se, agora, à análise da legislação em torno da inexecuibilidade, segundo a Lei 8.666/93, com redação dada pela Lei 8.883/94:

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou

1882





com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação

É de se ressaltar que o referido parágrafo 1º refere-se a licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, o que não impede, contudo, que se aplique, por simetria, a outros tipos de serviços, como os comuns, de que trata a modalidade do pregão.

Não há empecilho, ademais, a que o edital, fazendo as adaptações necessárias, preveja a desclassificação de propostas manifestamente inexequíveis, segundo o critério que pretender adotar. E aqui é preciso atentar para a necessidade de fixação de critérios que respeitem a competição entre os licitantes e, ao mesmo tempo, possibilitem a escolha da **proposta mais vantajosa para a administração**. Assim, à semelhança do que fez o legislador no §1º do art. 48, devem-se considerar como parâmetro, não apenas o valor orçado pela Administração (que pode, por diversas razões, não corresponder à realidade), mas, também, as propostas apresentadas pelos demais licitantes.

A Lei nº 0.520/02, que regula a modalidade do pregão, não se refere expressamente à análise da exequibilidade das propostas. Entretanto, alguns dispositivos permitem verificar a intenção do legislador de assegurar a viabilidade de execução do objeto licitado. Senão, vejamos:

Art. 4º. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

XI – examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quando ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

Ora, a aceitabilidade da proposta envolve não somente a verificação do cumprimento das condições do edital, mas, também, a capacidade de execução do *BBB*

J40

814



objeto licitado, ou seja, a exequibilidade da proposta, independentemente da modalidade licitatória e da expressa previsão acerca da desclassificação de propostas inexequíveis, contraria a lógica e o princípio da eficiência a admissão de licitante que, com a proposta apresentada, não tenha condições de satisfazer as necessidades do poder contratante.

Outrossim, é preciso salientar que a desclassificação por inexequibilidade pode ocorrer, no caso do pregão, tanto antes como depois da fase de lances, tão logo seja detectada, como ocorre no presente momento.

Durante o procedimento, caso naquele momento fosse reconhecida a inexequibilidade, deveria ter sido aberto a oportunidade para que as empresas comprovassem a exequibilidade. Somente em momento posterior, a empresa recorrente suscitou a inexequibilidade das propostas.

Aliás, em decisões, o Tribunal de Contas da União - TCU deixou registrada a necessidade de ser aberta a possibilidade de o licitante esclarecer a capacidade cumprimento do objeto:

Acórdão nº 1248/2009-Plenário-TCU

[...]

9.2.2.1. abstenha-se de desclassificar propostas por inexequibilidade, sem oferecer oportunidade às licitantes de demonstrar a viabilidade de suas propostas, em atenção aos princípios da eficiência e economicidade, ao disposto no art. 12 do Decreto 5.139/2004, no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como da jurisprudência deste Tribunal, a exemplo dos votos que conduziram os Acórdãos 612/2004- P Câmara, 697/2006-Plenário e 614/2008-Plenário;

A recorrida deverá demonstrar que sua proposta é exequível.

Com sapiência, o jurista Marçal Justen Filho leciona:

"Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá fazer-se em face da própria Administração, pleiteando-se a realização de diligência para tanto." (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª Ed, São Paulo: Dialética, 2010, p. 660).

1882

Corroborando, o TCU manifestou-se:





"1. A conciliação do dispositivo no § 3º do art. 44 da Lei nº 8.666/1993 com o inciso X do art. 40 da mesma lei, para serviços outros que não os de engenharia, tratados nos §§ 1º e 2º do art. 48 da Lei 8.666/1993, impõe que a Administração não fixe limites mínimos absolutos de aceitabilidade de preços unitários, mas que faculte aos licitantes a oportunidade de justificar situação peculiar que lhes permita ofertar preços aparentemente inexequíveis ou de questionar os valores orçados pela Administração. 2. Verificado não houve prejuízo ao interesse público, dado o amplo caráter competitivo do certame, não se justifica a anulação da licitação se a autora da representação eximiu-se de demonstrar a exequibilidade de sua proposta." (Acórdão nº 363/20007, Plenário, rel Min. Benjamin Zymler)

"10. A propósito do procedimento, ora anunciado, parece-me imperioso frisar, de início, que, nos termos legalmente estabelecidos, é prevista a desclassificação de proposta na licitação que tenham valor global superior ao limite estabelecido ou que apresentem preços manifestamente inexequíveis, significando dizer que, uma vez submetidos ao critério estabelecido no § 1º anteriormente transcrito, os preços que se situem em inexequíveis, deverão, necessariamente, ser objeto de demonstração de viabilidade pela empresa que os ofertou, sob pena de, não logrando êxito nessa comprovação, ter desclassificada sua proposta." (Acórdão nº 1.470/2005, Plenário, rel Min. Ubiratan Aguiar)

A Corte de Contas da União orienta a Administração em ofereceu oportunidade do licitante em demonstra a exequibilidade de sua proposta antes de considerá-la inexequível e desclassificá-la, a saber:

Licitação de obra pública: 1 – Para o fim de cálculo de inexequibilidade de proposta comercial, os critérios estabelecidos na Lei 8.666/1993 não são absolutos, devendo a instituição pública contratante adotar providências com vistas à aferição da viabilidade dos valores ofertados, antes da desclassificação da proponente.

Mediante auditoria realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – (Ifam), com o objetivo de fiscalizar obras do Programa de Trabalho "Funcionamento da Educação Profissional no Estado do Amazonas", o Tribunal identificou possíveis irregularidades, dentre elas, a desclassificação sumária de empresa privada em processo licitatório no qual apresentara preço inferior em cerca de 25% da empresa que fora contratada. Para o relator, o Ifam agira de modo indevido ao desclassificar a empresa que apresentara o menor preço sem lhe conferir oportunidade de comprovar a viabilidade de sua proposta, isso porque "os critérios elencados pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para definir a proposta inexequível apenas conduzem a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços". Nesse cenário, para o relator, considerando que a empresa desclassificada houvera apresentado a melhor proposta, caberia ao Ifam diligenciar junto a tal pessoa jurídica, "de modo a comprovar a viabilidade dos valores de sua oferta, de modo que, ao não agir assim, a entidade contratou com preço mais elevado sem justificativa plausível para tanto". Todavia, deixou de imputar responsabilidade pelo fato ao Diretor do Ifam, por não haver nos autos elementos que vinculassem sua conduta à adoção das medidas requeridas. Ainda para o relator, a lógica por trás disso é que medidas dessa natureza estariam afetas a setores operacionais, a exemplo da comissão de licitação, não competindo esse tipo de atribuição ao nível gerencial da entidade, na qual se insere o dirigente máximo. Assim, no ponto, votou pela não responsabilização do Diretor do Ifam, sem prejuízo que fossem sancionados os servidores diretamente envolvidos com a irregularidade, o que foi acolhido pelo Plenário. Acórdão nº 1857/2011, TC-009.006/2009-9, rel. Min.-Subst. André Luis de Carvalho, 13.07.2011.

3. A proposta de licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexequibilidade, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa. A desclassificação por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, após

1002

1-5
1-18
1-19



dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Representação de empresa participante de pregão eletrônico conduzido pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), destinado à contratação de serviços terceirizados e continuados de limpeza, asseio e conservação, apontara a desclassificação indevida da proposta da representante, sob alegação de inexecuibilidade de preços, fundamentada “apenas na informação de que a sua margem de lucro seria de 0,1%”. Realizadas as oitivas regimentais após a suspensão cautelar do certame, o relator, alinhado à unidade técnica, rejeitou as justificativas apresentadas, destacando a Súmula-TCU 262 segundo a qual “o critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas ‘a’ e ‘b’, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta”. Mencionou ainda outras deliberações do Tribunal no sentido de que “a desclassificação de proposta por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados” (grifos do relator). Sobre a questão da margem de lucro, o relator relembrou o Acórdão 325/2007-Plenário que, no seu entendimento, poderia ser aplicado para a contratação de serviços continuados: “Dependendo da escolha da estratégia comercial, a empresa pode ser bem agressiva na proposta de preços, relegando a segundo plano o retorno do investimento considerado para o contrato ... As motivações para perseguir o sucesso em uma licitação em detrimento da remuneração possível pela execução da obra variam: a empresa pode estar interessada na obra específica por sinergia com suas atuais atividades; pode haver interesse em quebrar barreiras impostas pelos concorrentes no mercado ...; pode haver interesse em incrementar o portfólio de execução de obras da empresa; pode haver interesse na formação de um novo fluxo de caixa advindo do contrato ... Esses exemplos podem traduzir ganhos indiretos atuais para empresa ou mesmo ganho futuro, na ótica de longo prazo para o mercado. Assim, é possível que empresas atuem com margem de lucro mínima em propostas para concorrer nas contratações ..., desde que bem estimados os custos diretos e indiretos.”. **Por fim, destacou o relator, “não há norma que fixe ou limite o percentual de lucro das empresas”, de forma que “atuar sem margem de lucro ou com margem mínima não encontra vedação legal, depende da estratégia comercial da empresa e não conduz, necessariamente, à inexecução da proposta”. O Tribunal, seguindo o voto da relatoria, considerou procedente a Representação e fixou prazo para a anulação do ato de desclassificação da proposta da representante. Acórdão 3092/2014-Plenário, TC 020.363/2014-1, relator Ministro Bruno Dantas, 12.11.2014.**

Assim sendo, qualquer ato administrativo praticado pelos agentes da administração pública, deve ser praticado observando os princípios, pois qualquer ato administrativo que dele se destoe será inválido, consequência esta que representa a sanção pela inobservância deste padrão normativo (e não apenas valorativo), cuja reverência é obrigatória. Os princípios veiculam diretivas comportamentais, acarretando um dever positivo para o servidor público. E, nesse ponto, inclui-se, aí, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

O supramencionado princípio é de relevância ímpar, posto que não vincula somente a Administração, como também os administrados que a ele aquiesceram.

Esta norma-princípio, mencionada no art. 32, encontra-se explicitamente disposta no art. 41, *caput*, ambos da Lei nº 8.666/93, que estabelece:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. *BB*

Trata-se, em verdade, de princípio intrínseco a toda licitação e que impede não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também do descumprimento dos





diversos outros princípios atinentes ao certame. O edital, nesse caso, torna-se lei entre as partes.

Nesse sentido, cita-se a lição de Maria Sylvia Zanella di Pietro:

Trato-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei 8.666/93, ainda tem o seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. E o art. 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixar de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (art. 48, inc. I).

Sobre o tema, a doutrina do festejado administrativista Hely Lopes Meirelles nos esclarece:

A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. [...] O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vínculo aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. Assim, estabelecidas as regras do certame, tornam-se inalteráveis para aquela licitação, durante todo o procedimento.

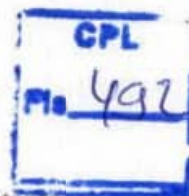
E consoante leciona Celso Antônio Bandeira de Melo:

O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observação feliz, que é a sua "lei interna". Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que prevê regras específicas de cada licitação. A Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar (art. 41). Embora não seja exaustivo, pois normas anteriores e superiores o complementam, ainda que não reproduzidas em seu texto, como bem o diz Hely Lopes Meirelles, o edital é "a matriz da licitação e do contrato"; daí não se pode "exigir ou decidir além ou aquém do edital." (10 MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 572.)

Diante dos demais pressupostos levados pela empresa ECO POSTO PETROMAX LTDA (ECO POSTO PIUM), absolutamente não fazem sentido em querer desqualificar a proposta da licitante vencedora, relativamente a composição de custos, citando o ITEM 8.2. do Edital do Pregão Presencial SRP 017/2021, pois como já anteriormente esclarecido a proposta atende prontamente a cada requisito do Edital, conforme comprova Anexo II a esta resposta.

Trazendo a luz dos fatos a situação de compra dos determinados produtos, observamos que a RECORRENTE mais uma vez prova não ter razão ao que pleiteia, pois cópias de Notas Fiscais anexas a esta resposta, prova da compra por parte da RECORRIDA, vem demonstrar divergências entre os preços apresentados pela RECORRENTE, provando a capacidade de cumprimento por parte da licitante vencedora em relação aos preços negociados no Pregão Presencial SRP 017/2021.





E de fato e sabido que o não cumprimento dos preços ofertados pela licitante vencedora, é tão somente uma suposição infundada pela RECORRENTE, pois sequer foi concedido a RECORRIDA o direito de provar através de atendimento a solicitações do órgão licitante o fornecimento dos produtos da qual fora contemplada.

IV. DA DECISÃO.

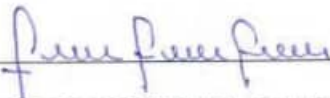
Pelos motivos acima expostos, entendemos que, não há fundamentação nas alegações da RECORRENTE conforme as regras estabelecidas no Edital. Observa-se interesse em reformular uma decisão acertada conduzida pela PREGOEIRA OFICIAL quando da realização da sessão de julgamento das propostas Pregão Presencial SRP 017/2021 relativamente aos itens 03 OLEO DIESEL S-10 e 04 OLEO DIESEL S-500, acarretando com isso atraso na continuidade do processo e trazendo até mesmo, prejuízo ao órgão licitante, pois tratam-se de produtos de grande necessidade, uma vez que vem atender a demanda de alguns dos veículos e maquinas deste município para garantir o pronto atendimento das necessidades decorrentes das ações realizadas, proporcionando assim a continuidade e a ampliação na Prestação dos Serviços Públicos essenciais ao Município de Pium/TO.

Esta EMPRESA POSTO DE COMBUSTIVEL QUATRO RODAS LTDA, CNPJ nº 21.069.858/0001-82, conceituada e de grande reputação neste município de Pium/TO, vem a presença da Ilustríssima Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal do Município de Pium/TO, **REQUERER julgar procedente os argumentos aqui expostos, mediante todos os fundamentos aqui apresentados, que o recurso impetrado pela empresa ECOPOSTO PETROMAX LTDA (ECOPOSTO PIUM), SEJA IMPROCEDENTE, NEGANDO-LHE PROVIMENTO,** prevalecendo **ACEITÁVEL A PROPOSTA VENCEDORA** para os itens 03 – OLEO DIESEL S-10 – R\$ 4,23 e 04 – OLEO DIESEL S-500 – R\$ 4,21, **que estão dentro dos parâmetros objetivos de exequibilidade ADJUDICANDO os mesmos a licitante vencedora POSTO DE COMBUSTIVEL QUATRO RODAS LTDA,** sendo levado a conhecimento da autoridade superior para a devida HOMOLOGAÇÃO.

ANEXOS: Anexo I – Cópias das Notas Fiscais de Compra nº 12.886 e 29.573, emitidas em 16 de agosto de 2021.

Anexo II – Declaração de Custo e Despesas - DEMOSTRAR A CAPACIDADE DE VENDA DOS PRODUTOS OFERTADOS NO PREGÃO Pregão Presencial SRP 017/2021.

Pium/TO, em 26 de agosto de 2021.


POSTO DE COMBUSTIVEL QUATRO RODAS LTDA

Rosângela Braga Barros

Rosângela Braga Barros
CNPJ: 21.069.858/0001-82





DISLUB COMBUSTÍVEIS S.A.

ROD. ROD TO 080 KM 21,3, 0000 - LOTE 15 CONTAINER
6B
ZONA RURAL

PORTO NACIONAL - TO - CEP: 77.500-000

Telefones

DANFE

DOCUMENTO
AUXILIAR DA NOTA
FISCAL ELETRÔNICA0 - Entrada
1 - Saída

1

Nº: 12.886

Série: 1

Folha: 1/2



Chave de Acesso da NF-e

1721.0841.0807.2200.1152.5500.1000.0128.8610.0388.0173

Consulta de Autenticidade no portal nacional NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

Protocolo de Autorização de Uso

317210010898815

16/08/2021 11:44:11

CPL

No 493

Natureza da Operação

VENDA DE COMBUSTÍVEL OU LUBRIFICANTE ADQUIRIDO OU

Inscrição Estadual
294755179

Inscr. Estadual Subst. Tributário

CNPJ

41.080.722/0011-52

Dados da NF-e

1712 1069 8580 0018 2000 0000 5931 0992 160

DESTINATÁRIO / REMETENTE

Nome / Razão Social

POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS LTDA

CNPJ / CPF

21.069.858/0001-82

Data de Emissão

16/08/2021

Endereço

R. 6 COM RUA 12, S/N - QUADRA 19 LOTE 07 08 E 09

Bairro / Distrito

CENTRO

CEP

77.570-000

Data de Entrada / Saída

16/08/2021

Município

PIUM

Telefone

UF

TO

Inscr. Estadual

294826653

Hora de Saída

11:41:00

FATURA

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
128	16/08/2021	59.310,99									

CÁLCULO DO IMPOSTO

Base de Cálculo do ICMS		Valor do ICMS		Base de Cálculo do ICMS Substituição		Valor do ICMS Substituição		Valor Total dos Produtos	
0,00		0,00		0,00		0,00		59.310,99	
Valor do Frete	Valor do Seguro	Desconto		Outras Desp. Acessórias		Vlr. Total Aprox. Impostos		Valor do IPI	Valor Total da Nota
0,00	0,00	0,00		0,00		0		0,00	59.310,99

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

Nome / Razão Social		Frete Por Conta	Código ANTT	Placa do Veículo	UF	CNPJ / CPF
J.P.A.L. TRANSPORTADORA LTDA		0 - Emissor 1 - Destinatário				
Endereço		Município				
Q. 103 SUL AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK, S/N - EDIF JK BUSI		PALMAS				
Quantidade	Espécie	Marca	Número	Peso Bruto	Peso Líquido	
12.000	LITROS			9.415,0000	9.415,0000	

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

Código	Descrição do Produto/Serviço	Cód. ANP	NCM SH	CST	CFOP	Unid	Qtde	Vlr. Unitário	Valor Total	BC ICMS	VL ICMS	VL IPI	Alíquota IPI
3	GASOLINA C COMUM - ONU 3475 CL 3 NR 33 (ANP 320102001)	320102001	2710.12.59	060	5655	L	7.000	5,517999	38.625,99	0,00	0,00	0,00	0
14	GASOLINA C												
14	OLEO DIESEL B S500 COMUM - ONU 1202 CL 3 N. R 30 (Cód ANP 820101012)	820101012	2710.19.21	060	5655	L	5.000	4,137001	20.685,00	0,00	0,00	0,00	0



RECEBEMOS DE SP INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL AO LADO		NF-e No. 000029573 Série 1
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

	SP INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA RODOVIA TO 080, KM 2 S/N, CONTAIN 3 ZONA RURAL PORTO NACIONAL / TO 77500-000 * Tel: (85) 3052-4110 / Fax:	DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada 1 - Saída Nº 000029573 SÉRIE 1		CHAVE DE ACESSO 1721 0801 3874 0000 2299 5500 1000 0295 7319 5476 4530
				CONSULTA DE AUTENTICIDADE NO PORTAL NACIONAL DA NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ AUTORIZADORA

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda do combustível ou lubrificante adquirido ou	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO 317210010904717 16.08.2021 13:45:22
INSCRIÇÃO ESTADUAL 294860887	INSC. EST. SUBST. TRIB.
CNPJ 01.387.400/0022-99	

DESTINATÁRIO/REMETENTE	
NOME/RAZÃO SOCIAL POSTO DE COMBUSTIVEL QUATRO RODAS LTDA	
CNPJ 21.069.858/0001-82	
DATA DA EMISSÃO 16.08.2021	
ENDEREÇO RUA 6 COM RUA 12 S/N	BAIRRO/DISTRITO CENTRO
MUNICÍPIO PIJUM	CEP 77570-000
TELEFONE/FAX 83 9999-5560	UF TO
INSCRIÇÃO ESTADUAL 294826653	HORA DE SAÍDA 13:44:25

DOCUMENTO	VALOR	VENCIMENTO	DOCUMENTO	VALOR	VENCIMENTO	DOCUMENTO	VALOR	VENCIMENTO
0090585759-001	12449,10	16.08.2021						

CÁLCULO DO IMPOSTO				
BASE CÁLCULO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00	BASE CÁLCULO ICMS ST 0,00	VALOR DO ICMS ST 0,00	VALOR TOTAL PRODUTOS 12.449,10
VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NF 12.449,10

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS	
RAZÃO SOCIAL P L TRANSPORTADORA LTDA	
FRETE POR CONTA 0 - DESTINATÁRIO 1 - TRANSPORTADOR	
CÓDIGO ANTT 051885600	PLACA EZL0592
UF TO	CNPJ 33.695.609/0001-04
ENDEREÇO R 103 SUL AVENIDA JUSCELINO K SCHEK	MUNICÍPIO PALMAS
QUANTIDADE 03000	ESPECIE L
MARCA	NUMERAÇÃO L
PESO BRUTO 2.580 KG	PESO LÍQUIDO 2.580 KG

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS													
COD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UN	QTDE.	VL. UNIT.	VL. TOTAL	Bc. ICMS	VL. ICMS	VL. IPI	AL. ICMS	AL. IPI
100014	OLEO DIESEL B 810 COMUM - R	2710.19.21	060	5855	L	3.000	4,149700	12.449,10		0,00	0,00	0,00	0,00

CÁLCULO DO ISSQN	
ISSC. MUNICIPAL	VALOR SERVIÇOS
BASE CÁLCULO ISS	VALOR DO ISS
0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS	RESERVADO AO FISCO
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Documento de Venda: 0000629134 Decreto nº 2.912/06 e Conv. Icms 110/2007; Vir ICMS a ser processado nos termos do Capítulo V do Convênio ICMS 110 / 07; Base de cálculo ST (UF Origem) R\$ 125,00; Nº da ONU Gasolina 333475, Alcool Hidratado: 331203, Diesel: 301202, Alcool Anidro: 331170. Certificamos que os produtos estão acondicionados para carga, transporte, descarga e transporte. LACRE: 1858157/1858158 BCO.; ENVELOPE: 0027726668.; CARGA: 1000270787. CLETIM DE CONFORMIDADE: 0001071797; COMPATIBILIDADE: Descarga Selada; MOTORISTA: 000005305 - DOMINGOS PEREIRA DE SOUSA CPF:31198104287 RG:129563, DEPOSITO: 22GR	

40
278

Declaração de Custos e Despesas

AO
MUNICÍPIO DE PIUM - TO
REFERENTE: PREGÃO PRESENCIAL -
SRP Nº017/2021-PMP

OBJETO: DEMOSTRAR A CAPACIDADE DE VENDA DOS PRODUTOS OFERTADOS NO PREGÃO MENCIONADO ACIMA, COM BASE NAS DEMOSTRAÇÕES ABAIXO

A empresa **POSTO DE COMBUSTIVEL QUATRO RODAS LTDA**, nome fantasia **AUTO POSTO QUATRO RODAS**, inscrita no CNPJ/MF nº **21.069.858/0001-82**, com sede na (endereço completo) R 6 COM RUA 12, S/N, QUADRA 19 LOTE 07 08 E 09, CENTRO, PIUM-TO, através de seu representante legal Sr.(a) **ROSANGELA BRAGA BARROS**, portador(a) do RG nº 1315416 SSP/GO e CPF/MF nº **358.048.741-87**, VENCEDORA do pregão SRP 017/2021 PMP, DECLARA, sob penas da lei que o preço ofertado cumpri com os requisitos exigidos neste pregão, bem como os custos na operação da venda será subtraído do valor de venda final, com base nos cálculos abaixo.

PRODUTO	PREÇO DE COMPRA	PREÇO DE VENDA	LUCRO BRUTO	DESP. OPERACIONAIS	IMPOSTOS	LUCRO LÍQUIDO
Diesel S-10	R\$ 4,1497	R\$ 4,23	R\$ 0,0803	R\$ 0,0249	R\$ 0,0133	R\$ 0,0421

Base de Cálculo do Imposto	R\$ 0,0554
IPRJ 15%	R\$ 0,0083
CSLL 9%	R\$ 0,0050

PRODUTO	PREÇO DE COMPRA	PREÇO DE VENDA	LUCRO BRUTO	DESP. OPERACIONAIS	IMPOSTOS	LUCRO LÍQUIDO
Diesel S-500	R\$ 4,137001	R\$ 4,21	R\$ 0,0730	R\$ 0,0226	R\$ 0,0121	R\$ 0,0383

Base de Cálculo do Imposto	R\$ 0,0504
IPRJ 15%	R\$ 0,0076
CSLL 9%	R\$ 0,0045



A empresa está com média mensal de uma despesa que varia entre 25 e 30% sobre o valor unitário de venda, o que nesse caso foi utilizado nesse cálculo o percentual de 30% de despesas sobre cada litro vendido.

Em relação aos impostos, a empresa esta enquadrada no regime de apuração do Lucro Real Trimestral, sendo que o combustível é um produto de substituição tributária, ou seja, o Posto Revendedor não recolhe ICMS, PIS e COFINS, uma vez que esses impostos já foram recolhidos pela distribuidora do combustível.

Nesse cálculo acima, foi se apropriado do imposto sobre o lucro da empresa já deduzindo as despesas fixas e operacionais, sendo a base de cálculo do imposto por cada litro vendido é:

LUCRO BRUTO - DESPESAS = BASE DE CÁLCULO IRPJ E CSLL

*IRPJ 15%

*CSLL 9%



As informações de compra do combustível foram extraídas das notas fiscais com data de 6/08/2021, nas quais copias das mesmas estão anexadas nessa declaração.

Diante do exposto, declaramos que a empresa tem **CAPACIDADE** de venda dos produtos ofertados, com base nos valores ofertados.

Pium TO, 26 de agosto de 2021


Luiz Rinaldo Lopes de Almeida
Plumas Assessoria Contábil EIRELI
CRC: SP-126228/O-3

LUIZ RINALDO LOPES DE ALMEIDA
Assinado de forma digital por LUIZ RINALDO LOPES DE ALMEIDA:00770474861
Dados: 2021.08.26 16:04:40 -03'00'

LUIZ RINALDO LOPES DE ALMEIDA
CRC: 126228/O-3 SP
PLUMAS ASSESSORIA CONTABIL EIRELI


POSTO DE COMBUSTIVEL QUATRO RODAS LTDA
CNPJ nº 21.069.858/0001-82

POSTO DE COMBUSTIVEL QUATRO RODAS LTDA


Rosângela Braga Barros
CNPJ: 21.069.858/0001-82





ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



PARECER JURÍDICO

ASSUNTO: Análise Jurídica – Recurso Administrativo do Edital de Pregão Presencial SRP nº 017/2021-PMP
SOLICITANTE: Prefeitura Municipal de Pium/TO
SOLICITADO: Assessoria Jurídica

I – DO RELATÓRIO

Os autos chegaram a Assessoria Jurídica para o atendimento do art. 38 da Lei nº 8.666/93, na qual se requer análise jurídica acerca do atendimento aos requisitos mínimos legais e editalícios em virtude de eventual proposta apresentar valor inexecutável no Pregão Presencial SRP nº 017/2021-PMP, o qual teve como objeto, o registro de preços para futura eventual aquisição de combustível para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Pium/TO, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Educação.

A empresa Posto de Combustível Quatro Rodas foi a vencedora dos itens 01- Gasolina Comum, 03 – Óleo Diesel S-10 e 04 -Óleo Diesel S-500, cumprindo esclarecer que o objeto do recurso refere-se somente aos itens 03 e 04.

Deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, o Edital do referido Pregão, o recurso administrativo interposto pela empresa Ecoposto Petromax (Ecoposto Pium) em razão de suposta proposta da recorrida apresentar valor inexecutável, bem como as contrarrazões ao recurso administrativo interpostas pela empresa Posto de Combustível Quatro Rodas.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

II – PRELIMINAR

De início, ressalte-se que este parecer é meramente opinativo e presta a consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados no âmbito governamental, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.



Handwritten title or header

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



III- FUNDAMENTAÇÃO

III.I – DA POSSIBILIDADE DE REVISÃO DAS PROPOSTAS GANHADORAS – SRP

Nº 017/2021-PMP

Pois bem, analisando o Recurso Administrativo interposto pela empresa Ecoposto Petromax LTDA, verifica-se que o mesmo preenche os requisitos de admissibilidade, nos termos da Lei de nº 10.520/2002.

A recorrente alega a inexecutabilidade do preço ofertado pela empresa Posto de Combustível Quatro Rodas LTDA em virtude de tais valores não observarem o disposto no item 8.2 do Edital Pregão Presencial - SRP 017/2021-PMP. Vejamos:

8 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.2 – Os preços apresentados na proposta devem apresentar o valor o item ofertado e devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.

Nesse sentido, a recorrente esclarece que, para restar demonstrada a composição dos custos, a empresa vencedora deveria apresentar uma planilha contendo necessariamente, quanto aos custos diretos: custo de compra do produto e custo do frete; quanto aos custos indiretos: tributos, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamentos e margem de lucro. A exemplo de custos indiretos, sugere a utilização da DRE-Demonstração de Resultado do último exercício social.

A Recorrente juntou nos autos a composição dos custos diretos da empresa Quatro Rodas para fins de comprovar que o valor ofertado na proposta é inexecutável, tendo em vista que os preços ofertados para os itens 03 e 04, respectivamente Óleo Diesel S-10 e Óleo Diesel S-500 foram de R\$ 4,23 (quatro reais e vinte e três centavos) e R\$ 4,21 (quatro reais e vinte e um centavos).



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY



1967

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

1967

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



Vejamos:

Conforme demonstrado na imagem acima, o preço atual de custo no mesmo fornecedor da Recorrida e de R\$ 4,192 para o DIESEL S-10 e de R\$ 4,171 para o DIESEL S-500. Nesses preços já estão incluídos o frete, conforme informação acima "Frete Por Conta: 0-Emitente".

O preço da proposta vencedora do item 03 - DIESEL S-10 foi de R\$ 4,23, ou seja apenas 3,8 centavos acima do preço de custo (4,23 - 4,192). Não cobre nem os impostos, que, conforme demonstrado na Tabela 01, e de 1,23% que daria R\$ 5,2 por litro (4,23 x 1,23%).

Da mesma forma, o preço da proposta vencedora do item 04 - DIESEL S- 500 foi de R\$ 4,21, ou seja, apenas 3,9 centavos acima do preço de custo (4,21 - 4,171). Também não cobre nem os impostos de 1,23% que daria R\$ 5,18 centavos por litro (4,23 x 1,23%).

Por fim, alega a recorrente que, no caso em tela, a licitante vencedora dos itens 03 e 04 ofertou preço manifestamente inexequível, requer a desclassificação das propostas vencedoras dos referidos itens, subsidiariamente, requer que, em caso de não ser reconsiderada a decisão, que se digne a Comissão em fazer a remessa do presente recurso a autoridade que lhe for imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, conhecendo-o e dando-lhe provimento para que, diante do irrisório valor apresentado e do risco de não cumprimento do objeto licitado, considere inexequível a proposta vencedora dos itens 03 e 04 da Licitante Posto de Combustível Quatro Rodas Ltda, reformando-se a decisão que declarou vencedora a respectiva empresa, e dando continuidade na licitação dos itens 03 e 04 nos seus ulteriores termos, de acordo com o preconizado no presente Edital.

Passemos à análise das contrarrazões apresentadas pela empresa Posto de Combustível Quatro Rodas Ltda. Pois bem, alega a recorrida que a decisão que a declarou foi acertada, bem como que a referida proposta atende às exigências do Ato Convocatório dispostas no item 8.2 do referido Edital, pugna pela improcedência do recurso interposto pela recorrente.

Aduz que não há fundamentação nas alegações da recorrente, conforme as regras estabelecidas no Edital. Alega que há interesse por parte da recorrente em reformular a decisão que fora acertada, quando da realização da sessão de julgamento das



Handwritten text in the top center, possibly a title or header, written in a cursive or script style.



First paragraph of handwritten text, appearing to be a formal address or introduction.

Second paragraph of handwritten text, continuing the narrative or formal communication.

Third paragraph of handwritten text, possibly a concluding statement or signature block.

Fourth paragraph of handwritten text, which is significantly faded and difficult to read.

Fifth paragraph of handwritten text, also heavily faded and illegible.

Sixth paragraph of handwritten text, continuing the faded and illegible content.

Seventh paragraph of handwritten text, the final visible line of the document, which is also faded.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



propostas, acarretando atraso na continuidade do processo, trazendo prejuízo até mesmo ao próprio órgão licitante.

Por fim, requer que sejam julgados procedentes os argumentos expostos mediante todos os fundamentos apresentados, a fim de que prevaleça a proposta vencedora.

III.II DAS MATÉRIAS DE DIREITO

Como regra, temos que nas licitações devem ser seguidas as regras do Edital, que por consequência, devem estar em consonância com as determinações legais da Lei 8666/93, bem como o Decreto 10.520/2002.

Cumprе mencionar que durante a fase interna da licitação é realizada cotação com várias empresas para que se chegue a um valor médio, conforme determina a Lei de Licitações.

A Lei nº 8.666/93 faz remissões à estimativa de custos como baliza procedimental necessária nas licitações públicas.

Nesse sentido, o parágrafo 2º do artigo 40 da referida lei determina a necessidade de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários como anexo do edital.

Já o artigo 44 da Lei 8.666/93, ao tratar sobre o julgamento das propostas, ressalvada a exceção ali constante, não admite a apresentação de preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado. Assim, é necessário que o órgão licitante possua estimativa prévia que permita verificar se os preços propostos são realizáveis, exequíveis ou compatíveis com os preços praticados pelo mercado.

O Decreto Federal n. 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Poder Executivo, determina no inciso IV do artigo 5º que cabe ao órgão gerenciador a realização de pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidação dos dados das pesquisas realizadas pelos órgãos e entidades participantes.



THE
LIBRARY
OF THE
CONGRESS
WASHINGTON, D.C.





ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



O referido decreto especifica, no inciso XI do artigo 9º, a necessidade de realização periódica de tal pesquisa para comprovação da vantajosidade da contratação. A pesquisa de preços consiste em procedimento prévio e indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública.

Mediante a pesquisa de preços se obtém a estimativa de custos que se apresenta como de fundamental importância nos procedimentos de contratação da Administração Pública, funcionando como instrumento de baliza aos valores oferecidos nos certames licitatórios e àqueles executados nas respectivas contratações.

Assim o Manual Publicado pela Secretária do Controle Interno pelo Supremo Tribunal Justiça diz em relação do PREÇO INEXEQUIVEL- na página 17:

"Conforme o entendimento do Tribunal de Contas da União, os critérios e parâmetros a serem analisados para fins de classificar um valor como inexequível ou excessivamente elevado devem ter por base os próprios preços encontrados na pesquisa, a partir de sua ordenação numérica na qual se busque excluir aqueles que mais se destoam dos demais. O parágrafo 1º do artigo 48 da Lei 8.666/93 possibilita que, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, sejam consideradas manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% do valor orçado pela Administração. Assim, a própria lei determina quando o preço referente a obras e serviços de engenharia será manifestamente inexequível. Ressalte-se que o critério acima especificado é restrito a obras e serviços de engenharia e se relaciona à avaliação das propostas das licitantes. Porém, como inexiste norma tratando de critérios para definição de preços inexequíveis para outros objetos, entende-se que este parâmetro pode servir para identificar os valores que se presumem inexequíveis na realização da pesquisa de preços, uma vez que há previsão legal de integração da norma sempre que houver lacuna ou omissão da lei. Diante de tal entendimento, para se verificar a inexequibilidade de um valor em uma pesquisa de preços, é suficiente compará-lo à média dos demais valores, se o resultado for inferior a 70%, poderá ser considerado como inexequível."

Ora, a fragilidade de uma proposta inexequível pode se configurar em uma verdadeira armadilha para o órgão licitante, em que o primeiro



Handwritten text, likely a title or header, centered at the top of the page. The text is mostly illegible due to fading.



First paragraph of handwritten text, starting with a capital letter. The text is mostly illegible due to fading.

Second paragraph of handwritten text, continuing the narrative or report. The text is mostly illegible due to fading.

Third paragraph of handwritten text, continuing the narrative or report. The text is mostly illegible due to fading.

Fourth paragraph of handwritten text, continuing the narrative or report. The text is mostly illegible due to fading.

Fifth paragraph of handwritten text, continuing the narrative or report. The text is mostly illegible due to fading.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



classificado vence o certame, atinge seus objetivos empresariais, quaisquer que sejam, fracassa na execução do objeto e rapidamente se socorre da revisão de preços.

A Administração quando verifica o preço manifestamente inexecutável tem o dever de atestar a plausibilidade da composição do preço final, especialmente no tocante a compatibilidade entre os lances ofertados e os valores de mercado colhidos pelo próprio órgão licitante.

A legislação de regência veda que sejam aceitos preços superiores ao estimado (excessivos), e no mesmo sentido proíbe a admissão de propostas com preços muito aquém do orçado pelo órgão licitante.

VI – CONCLUSÃO

Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

Opinamos pela possibilidade jurídica da pregoeira, juntamente com sua equipe técnica verifiquem as reais condições de exequibilidade ou não da proposta ganhadora objeto de questionamento, vez que este parecer está adstrito a análise formal do certame, bem como às leis e decretos a ele correlatos, sem, contudo, adentrar na oportunidade e conveniência da Administração Pública e seu ordenador de despesas.

Havendo a alegada inexecutabilidade, OPINA-SE pela possibilidade jurídica da desclassificação dos itens 03 e 04 do Pregão Presencial SRP nº 017/2021-PMP, para dar continuidade ao certame quanto aos referidos itens.

É o nosso parecer, s.m.j.

PUBLIO BORGES

ALVES:01223802663

PÚBLIO BORGES ALVES
OAB/TO 2.365

Assinado de forma digital por
PUBLIO BORGES
ALVES:01223802663
Dados: 2021.08.31 15:06:17 -03'00'

Pium/TO, 31 de agosto de 2021.



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

1961
JAN 10 1961
JAN 10 1961

1961
JAN 10 1961
JAN 10 1961

1961
JAN 10 1961
JAN 10 1961

1961
JAN 10 1961
JAN 10 1961

1961
JAN 10 1961
JAN 10 1961

1961
JAN 10 1961
JAN 10 1961

1961
JAN 10 1961
JAN 10 1961



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Processo n.º 104/2021

Pregão SRP n.º 017/2021-PMP

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Pium – TO, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Educação.

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

1. SÍNTESE

Trata-se de recurso interposto, tempestivamente, pela empresa ECOPOSTO PETROMAX (Ecoposto Pium), face ao resultado do Pregão SRP n.º 017/2021-PMP, específico aos itens n.º 03 e 04 do referido certame, nos quais sagrou-se vencedora a empresa POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS.

2. DAS PRELIMINARES

A Sessão Pública de abertura do Pregão Presencial iniciou-se no dia 19 de agosto de 2021, na qual a recorrida foi declarada habilitada e vencedora dos itens n.º 01, 03 e 04, após constatadas a aceitabilidade dos preços ofertados e o atendimento às exigências habilitatórias.

3. DAS RAZÕES DO RECURSO E DAS CONTRARRAZÕES

Inconformada com o resultado obtido na sessão, a recorrente, ECOPOSTO PETROMAX, apresentou as razões do recurso, na qual alega, em síntese, que os preços ofertados pela recorrida são manifestamente inexequíveis, com base no artigo 44, § 3º e 48 incisos I e II da Lei 8.666/93, e item 8.2 do edital.

Requer, que a empresa recorrida apresente documentação hábil para comprovar a exequibilidade dos preços ofertados.

Dentro do prazo estabelecido, a licitante declarada vencedora do certame apresentou contrarrazões, na qual refuta as alegações da recorrente, bem como apresenta as notas fiscais de compra dos combustíveis, reafirmando os preços propostos em sessão, bem como a viabilidade de fornecimento.

4. DOS PROCEDIMENTOS

Conforme disposto no Edital do Pregão SRP n.º 017/2021-PMP, o recurso e as contrarrazões foram encaminhados à Assessoria Jurídica deste município para parecer e análise.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Limitando-se a análise formal do certame, o parecista manifestou-se pela possibilidade jurídica de desclassificação da proposta apresentada pela empresa recorrida, caso verificada a inexequibilidade da mesma pelo corpo técnico do município.

5. DA FUNDAMENTAÇÃO

A disposição do art. 48, inciso II, da Lei 8.666/93, não resulta em regra absoluta e imutável, devendo a Administração Pública ceder o direito de comprovação da exequibilidade de proposta, mesmo que esta represente preço aparentemente simbólico.

Nesse sentido, a exequibilidade ou não de uma proposta não se verifica apenas sob o prisma do direito, mas sobre o fato em si, ou seja, a exequibilidade é avaliada sobre o concreto. Isso, porque não se pode descartar a possibilidade de que o licitante seja detentor de uma situação peculiar que lhe permita ofertar preço inferior ao limite de exequibilidade estimado pelo contratante.

Coaduna com este entendimento a Súmula 262/2010 do Tribunal de Contas da União:

SÚMULA Nº 262/2010 do TCU O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. (grifo nosso)

Além disso, o artigo usado como fundamento pela Recorrente dispõe de situação que resolve a celeuma em seu próprio texto:

Art. 48. Serão desclassificadas: (...) II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (grifo nosso)

O próprio artigo em comento menciona que a exequibilidade ou não é relativa ao próprio mercado, ou seja, a proposta da licitante, considerada nesta todos os custos e insumos para a execução e desde que compatível, obviamente, com o objeto licitado, possui preço em consonância com o de outras empresas gerando, no mínimo, a presunção de que a proposta reflete uma realidade de mercado.

Foi dada a licitante vencedora a oportunidade de demonstrar a viabilidade de sua oferta, assim, comprovou a exequibilidade de sua proposta de preços, provando a



REPUBLIC OF TURKEY
MINISTRY OF NATIONAL EDUCATION
GENERAL DIRECTORATE OF SECONDARY EDUCATION



The Ministry of National Education, in order to improve the quality of education and to provide a more modern and effective learning environment, has decided to implement a series of reforms in the secondary education system. These reforms include the introduction of new textbooks, the restructuring of the curriculum, and the implementation of modern teaching methods.

IMPLEMENTATION OF REFORMS

The first step in the implementation of these reforms is the introduction of new textbooks. These textbooks have been developed by a team of experts and are designed to provide students with a more comprehensive and up-to-date knowledge of the subjects. The new textbooks will be distributed to all schools in the country.

The second step is the restructuring of the curriculum. The curriculum has been revised to include more practical and applied knowledge, and to provide students with a more balanced and well-rounded education. The new curriculum will be implemented in the next academic year.

The third step is the implementation of modern teaching methods. Teachers are encouraged to use a variety of teaching methods, including group work, problem-solving, and inquiry-based learning. This will help to develop students' critical thinking and problem-solving skills.

The Ministry of National Education is committed to ensuring that these reforms are implemented successfully. It will provide all necessary support and resources to schools and teachers. The Ministry will also monitor the progress of the reforms and make any necessary adjustments. The goal is to provide a high-quality education for all students in the Republic of Turkey.

The Ministry of National Education is confident that these reforms will lead to a more modern and effective secondary education system, and will provide students with a better learning experience.

The Ministry of National Education is also committed to providing a safe and healthy learning environment for all students. It will implement measures to ensure that schools are clean and well-maintained, and that students are protected from any potential risks. The Ministry will also provide support for students with special needs, and will ensure that all students have equal access to education.

The Ministry of National Education is also committed to providing a high-quality education for all students, regardless of their socio-economic status. It will implement measures to ensure that all students have access to the same quality of education, and will provide support for students who are at risk of dropping out of school. The Ministry will also provide support for teachers, and will ensure that they have the necessary resources and training to provide a high-quality education.

The Ministry of National Education is confident that these reforms will lead to a more modern and effective secondary education system, and will provide students with a better learning experience.

The Ministry of National Education is committed to ensuring that these reforms are implemented successfully. It will provide all necessary support and resources to schools and teachers. The Ministry will also monitor the progress of the reforms and make any necessary adjustments. The goal is to provide a high-quality education for all students in the Republic of Turkey.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"PIUM PARA TODOS"



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

capacidade de executar os preços propostos, atendendo satisfatoriamente o interesse da Administração.

Diante do exposto, **considerando** que o instituto da inexequibilidade se vislumbra sobre a situação fática, ou seja, sob a análise do fato concreto e que o preço apresentado pela empresa vencedora para os itens 03 e 04 coaduna-se com a Declaração de Custos e Despesas apresentadas pela mesma, que; a empresa vencedora atendeu a todos os requisitos editalícios, seja pelo envio da proposta em conformidade com o Edital, seja pelo atendimento dos requisitos de habilitação, e que; **considerando** que a licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observados os princípios básicos que norteiam o processo licitatório, não se mostra razoável a desclassificação da empresa vencedora.

6. DA CONCLUSÃO

Assim, esta Pregoeira, mantém a decisão pela aceitação da proposta da empresa vencedora do certame e recomendo que:

- a) Seja mantida a decisão que declarou a empresa POSTO DE COMBUSTÍVEL QUATRO RODAS vencedora do Pregão Presencial nº 017/2021-PMP, e que;
- b) Seja negado provimento ao Recurso Administrativo interposto pela empresa ECOPOSTO PETROMAX (Ecoposto Pium).

Pium – TO, 31 de agosto de 2021.


RAYLLANNE GOUVEIA ARAÚJO
Pregoeira



The first part of the book is a history of the city of London, from its earliest days to the present. It is a very interesting and well-written book, and it is a must-read for anyone who is interested in the history of London.

THE HISTORY OF LONDON

The second part of the book is a history of the city of London, from its earliest days to the present. It is a very interesting and well-written book, and it is a must-read for anyone who is interested in the history of London.

The third part of the book is a history of the city of London, from its earliest days to the present. It is a very interesting and well-written book, and it is a must-read for anyone who is interested in the history of London.

The fourth part of the book is a history of the city of London, from its earliest days to the present. It is a very interesting and well-written book, and it is a must-read for anyone who is interested in the history of London.

The fifth part of the book is a history of the city of London, from its earliest days to the present. It is a very interesting and well-written book, and it is a must-read for anyone who is interested in the history of London.

THE HISTORY OF LONDON

The sixth part of the book is a history of the city of London, from its earliest days to the present. It is a very interesting and well-written book, and it is a must-read for anyone who is interested in the history of London.

The seventh part of the book is a history of the city of London, from its earliest days to the present. It is a very interesting and well-written book, and it is a must-read for anyone who is interested in the history of London.

The eighth part of the book is a history of the city of London, from its earliest days to the present. It is a very interesting and well-written book, and it is a must-read for anyone who is interested in the history of London.

The ninth part of the book is a history of the city of London, from its earliest days to the present. It is a very interesting and well-written book, and it is a must-read for anyone who is interested in the history of London.

The tenth part of the book is a history of the city of London, from its earliest days to the present. It is a very interesting and well-written book, and it is a must-read for anyone who is interested in the history of London.